



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

VICTOR DE SOUSA CABRAL

PROSTITUIÇÃO FEMININA EM TERESINA:
Estigma, políticas públicas e relações de poder (2000-2024)

TERESINA – PI
2025

VICTOR DE SOUSA CABRAL

PROSTITUIÇÃO FEMININA EM TERESINA:

Estigma, políticas públicas e relações de poder (2000-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para integralização do curso.

Orientador: Prof. Me. Lenilson Rocha Portela

C117p Cabral, Victor de Sousa.

Prostituição feminina em Teresina: estigma, políticas públicas e relações de poder (2000-2024) / Victor de Sousa Cabral. - 2025. 55 f.: il.

Monografia (graduação) - Licenciatura em História, Universidade Estadual do Piauí, 2025.

"Orientador: Prof. Me. Lenilson Rocha Portela".

1. Prostituição. 2. Estigma social. 3. Políticas públicas. 4. Gênero. 5. Teresina. I. Portela, Lenilson Rocha . II. Título.

CDD 306.740 981

VICTOR DE SOUSA CABRAL

PROSTITUIÇÃO FEMININA EM TERESINA:

Estigma, políticas públicas e relações de poder (2000-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura em História, do Centro de
Ciências Humanas e Letras, da
Universidade Estadual do Piauí, como
requisito parcial para integralização do
curso.

Orientador: Prof. Me. Lenilson Rocha
Portela

Trabalho apresentado e aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Lenilson Rocha Portela (Orientador)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho (Examinadora Interna)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (Examinador Externo)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

TERESINA – PI
2025

AGRADECIMENTOS

O corpo está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele: elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica.

— Michel Foucault. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 28.

Agradeço, antes de tudo, a Deus, pela força que me sustentou durante toda esta caminhada, pela serenidade diante dos obstáculos e pela luz que guiou meus passos até aqui. Nos momentos em que o cansaço e a dúvida ameaçavam a jornada, foi a fé que me impulsionou a continuar acreditando que cada esforço e cada renúncia valeriam a pena.

Ao meu orientador, Prof. Me. Lenilson Rocha Portela, a quem dirijo minha mais sincera gratidão pela dedicação, paciência e generosidade intelectual. Sua orientação ultrapassou os limites da sala de aula e se tornou um verdadeiro exemplo de compromisso acadêmico e sensibilidade humana. Sob sua supervisão, aprendi que fazer pesquisa é também um ato de escuta e respeito pelas vozes que a história muitas vezes tenta silenciar. Este trabalho é, sem dúvida, fruto da confiança e do incentivo constante que recebi ao longo do processo.

À minha família, base sólida de todas as minhas conquistas, ofereço este agradecimento como gesto de amor e reconhecimento. À minha mãe, Cleria Barbosa de Sousa, dedico um agradecimento especial — por ser o alicerce de minha vida, pela ternura, pela força incansável e pela fé que sempre me inspiraram a seguir em frente, mesmo quando o caminho parecia árduo. Ao meu pai, Jean de Sousa Barros, agradeço por seu exemplo de integridade, pelos conselhos sábios e pelo apoio constante, que me ensinaram o valor da perseverança e da responsabilidade. À minha namorada, Eduarda de Sousa Santos, estendo minha gratidão mais profunda pelo carinho, pela compreensão nas ausências, pelas palavras de incentivo e pela presença amorosa que me acompanhou em cada etapa desta trajetória. Sua paciência e apoio foram fundamentais para que eu mantivesse o equilíbrio entre o estudo e a vida.

Aos meus avaliadores, Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (Universidade Federal do Piauí) e Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho (Universidade Estadual do Piauí), registro meu respeito e agradecimento pela atenção dedicada à leitura deste trabalho e pelas contribuições valiosas que enriqueceram tanto o conteúdo quanto a forma desta pesquisa. As observações de ambos não apenas aprimoraram este estudo, mas também ampliaram minha compreensão sobre o rigor e a responsabilidade que a pesquisa histórica exige.

Aos professores e colegas do curso de História da Universidade Estadual do Piauí, deixo minha gratidão pelo companheirismo e pelas trocas de ideias que tornaram a caminhada acadêmica mais leve e enriquecedora. Cada aula, debate e conversa informal contribuíram para o amadurecimento desta pesquisa e para o crescimento pessoal e intelectual que carrego comigo.

Agradeço ainda às mulheres que inspiraram este trabalho, em especial às trabalhadoras sexuais de Teresina, cuja força e coragem ecoam nas páginas deste estudo. Suas histórias, marcadas por luta e resistência, ensinaram-me que dignidade e esperança persistem mesmo diante da exclusão. A elas, meu mais profundo respeito.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, cruzaram meu caminho nesta jornada — amigos, familiares, mestres e companheiros de pesquisa. Cada gesto de incentivo, cada palavra de apoio e cada demonstração de afeto contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Este trabalho é também de vocês.

RESUMO

O trabalho analisa as relações de poder, o estigma social e as políticas públicas direcionadas à prostituição feminina em Teresina entre 2000 e 2024, tomando como objetivo geral compreender como essas dimensões moldam o acesso a direitos e a experiência de mulheres cis e trans na atividade. Para isso, utiliza metodologia qualitativa fundamentada em análise documental, examinando leis, relatórios institucionais, normativas municipais, dados de saúde e segurança pública, além de pesquisas acadêmicas e documentos de associações de trabalhadoras sexuais. Os resultados evidenciam que, embora existam ações nos campos da saúde, assistência e segurança, elas se mantêm fragmentadas e marcadas por abordagens moralizantes, sanitárias ou disciplinares, sem reconhecimento pleno das trabalhadoras sexuais como sujeitas de direitos. Observa-se que a ausência de políticas específicas, somada ao estigma, dificulta o acesso a serviços públicos e reforça mecanismos de controle social. Conclui-se que o Estado atua mais como vigilante do que como garantidor de cidadania, e que avanços institucionais — como o reconhecimento da ASPROPI — revelam potencial, mas permanecem insuficientes sem canais permanentes de participação e políticas integradas. O estudo defende, portanto, a necessidade de uma política pública que reconheça o trabalho sexual como atividade legítima e assegure dignidade, proteção social e voz política às trabalhadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição. Estigma. Políticas Públicas. Teresina. Gênero.

ABSTRACT

The study analyzes the power relations, social stigma, and public policies directed at female prostitution in Teresina between 2000 and 2024, aiming to understand how these dynamics shape access to rights and the lived experience of cis and trans women engaged in sex work. It employs a qualitative methodology based on documentary analysis, examining laws, institutional reports, municipal regulations, health and public security data, as well as academic research and documents produced by sex worker associations. The results show that, although actions exist in the fields of health, social assistance, and public security, they remain fragmented and marked by moralizing, sanitary, or disciplinary approaches, without fully recognizing sex workers as subjects of rights. The study identifies that the absence of specific policies, reinforced by stigma, restricts access to public services and perpetuates mechanisms of social control. It concludes that the State acts more as a guardian than as a guarantor of citizenship, and that institutional advances—such as the public recognition of ASPROPI—reveal potential but remain insufficient without permanent channels of participation and integrated policies. Therefore, the research argues for the construction of public policies that acknowledge sex work as legitimate labor, ensuring dignity, social protection, and political voice for these women.

KEYWORDS: Prostitution. Stigma. Public Policies. Teresina. Gender.

LISTA DE SIGLAS

APROSPI	Associação das Prostitutas do Piauí
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CCHL	Centro de Ciências Humanas e Letras
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
CUTS	Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais
EDUFPI	Editora da Universidade Federal do Piauí
FMS	Fundação Municipal de Saúde
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LTC	Livros Técnicos e Científicos Editora
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
PEP	Profilaxia Pós-Exposição
PI	Piauí
PMT	Prefeitura Municipal de Teresina
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição
SEMCASPI	Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas
SMPM	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres
UBS	Unidade Básica de Saúde
UESPI	Universidade Estadual do Piauí

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ENTRE ESTIGMA E NECESSIDADE: PERCURSO HISTÓRICO DA PRÁTICA SOCIAL.....	19
2.1. O que são práticas marginais?	22
2.2. Do geral ao específico: panorama histórico da prostituição em Teresina-PI	23
2.3. Prostituição e mundos do trabalho: uma conexão possível?	28
3. ENTRE ECONOMIA, MORAL E MEMÓRIA: A PROSTITUIÇÃO FEMININA EM TERESINA.....	33
3.1. A economia da sobrevivência e o corpo como resistência	33
3.2. A moral e o estigma: o peso da herança social e religiosa	36
3.3. Memória, identidade e oralidade: vozes da resistência em Teresina.....	38
4. POLÍTICAS PÚBLICAS E INVISIBILIDADE DAS TRABALHADORAS SEXUAIS EM TERESINA (2000–2024)	42
4.1. Entre presença e apagamento: quando o silêncio também é política	42
4.2 Nota metodológica: readequação e percurso de análise	43
4.2. Mapeamento documental (2000–2024): presença, ausência e eufemismo.....	44
4.3. O corpo como alvo e não como voz: estigma e disciplina	46
4.4. Saúde, segurança e assistência: o alcance e os limites do cuidado institucional.....	47
4.5. Síntese crítica e propostas para uma política pública com sujeito	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. INTRODUÇÃO

Ah, foi ali, naquele instante em que me lancei como voluntário no Rotaract, que a fagulha da minha motivação incendiou-se. Era impossível ignorar o pulsar das vozes dessas mulheres: cada relato ecoava como tambor de luta em um salão silencioso. Eu as via cirandar pelos corredores da Organização Não Governamental – ONG, não como estatísticas frias, mas como seres de carne e osso, carregando no olhar a chama da resistência — e, ao mesmo tempo, o peso sufocante do preconceito. Ouvi sobre manhãs em que o espelho devolvia não apenas a imagem de um corpo, mas o reflexo de um estigma que se impregnava na pele; noites inteiras em que — ora — a escuridão trazia tanto medo quanto esperanças tenras de sobrevivência.

“Vejam só”, pensei, “essas histórias não podem ficar aprisionadas em gavetas de papel”; tinham de voar livres, ganhando espaço em debates, corações e políticas públicas. E que voz mais forte do que a de quem vive diariamente essa jornada? Foi nessa rede de apoio entre laços de solidariedade e confidências íntimas que brotou a ideia de dar forma — e vigor — a este estudo. Não se tratava apenas de compilar dados; era urgente bordar, com fios de empatia, o tecido dessas vidas, entrelaçando cada depoimento, cada suspiro, a uma trama de discurso humanizado.

Interdição? Não, o que desejávamos era abrir brechas nas paredes do silêncio! Modificação? Sim, reescrever a narrativa oficial, substituindo o olhar desprezo pelo olhar de acolhimento. Personificação? Era preciso humanizar políticas, dar rosto aos programas, como se cada lei, cada diretriz, pudesse respirar e pulsar junto às mulheres que delas dependem. Expressões idiomáticas emergiram naturalmente: “dar voz”, “romper o gelo”, “acender a luz” — metáforas que traduzem o movimento de escancarar portas antes trancadas pelo preconceito.

Assim, este trabalho nasce não de uma pretensão acadêmica distante, mas de um compromisso visceral com a dignidade. Nasceu do calor de mãos que se entrelaçavam em gestos de apoio e, sobretudo, do espanto que senti ao perceber a urgência de transformar histórias contadas em políticas vivas. Que este estudo, portanto, seja mais do que páginas: que seja vento impetuoso a derrubar muros de indiferença e a semear, no solo fértil da academia e da sociedade, as sementes de uma escuta verdadeira — capaz de, enfim, dar voz aos invisíveis.

A prostituição é uma prática presente em praticamente todas as sociedades ao longo da história, marcada por complexas relações de poder, controle social e marginalização. Em Teresina, assim como em outras cidades brasileiras, a prostituição está intimamente ligada às dinâmicas sociais e econômicas que impactam a vida das trabalhadoras sexuais, especialmente no que diz respeito à precarização, à ausência de direitos e ao estigma social.¹

Entre os anos de 2000 e 2024, diversas iniciativas emergiram para enfrentar os desafios enfrentados por essas mulheres. Nesse período, a criação da ASPROPI (Associação de Prostitutas do Piauí), liderada pela ativista Célia Gomes, representou um marco significativo na luta pelos direitos das profissionais do sexo em Teresina. Essa organização tem desempenhado um papel fundamental na defesa da dignidade e no enfrentamento do estigma, promovendo também a articulação política em nível local e nacional. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, a ASPROPI, em parceria com a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), garantiu condições básicas de sobrevivência para essas mulheres, demonstrando a importância de organizações de base na proteção de grupos vulneráveis.²

Ao longo do tempo, as campanhas de saúde e segurança voltadas às trabalhadoras sexuais em Teresina enfrentaram dificuldades para lidar com o estigma que permeia essa população. Segundo dados da Fundação Municipal de Saúde e da Secretaria da Mulher, muitas dessas ações esbarram em preconceitos institucionais e sociais que dificultam o acesso à saúde básica e à proteção contra a violência. Nesse sentido, é imprescindível compreender como as políticas públicas podem ser aprimoradas para garantir não apenas a segurança, mas também o reconhecimento da prostituição como uma categoria de trabalho digna.³

A partir disso, a presente pesquisa busca compreender como as relações de poder, o estigma social e as políticas públicas moldam a experiência das trabalhadoras sexuais em Teresina, com enfoque específico nas mulheres cis, que são “aquelas em consonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero” e trans, que são mulheres “em dissonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero, como travestis e transexuais”.⁴ O estudo também

¹ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª edição. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

² <https://www.facebook.com/CUTSBR/>. Acessado em 18/06/2025 às 21h09.

³ PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. "Secretaria da Mulher e primeira-dama fazem reunião com Associação das Prostitutas do Piauí (APROSPI)." PMT, 14 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

⁴ ALVES, Cláudio ER. Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: existe um modelo legítimo de mulher.

Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 11, p. 1-3, 2017. Disponível em:

<https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872_ARQUIVO_Mulherescisgeneroe_mulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2025.

procura analisar as lacunas nas políticas públicas locais, destacando as iniciativas existentes e os desafios para sua efetividade.

Este trabalho pretende contribuir para o debate acadêmico e social ao analisar como o estigma afeta a identidade e as relações das trabalhadoras sexuais com as instituições públicas. Partindo de referências teóricas como Goffman (2017)⁵ e Foucault (1988)⁶, a pesquisa também se apoia em estudos empíricos, como os de Bernardo Pereira de Sá Filho (2017)⁷ e Adriana Piscitelli (2015)⁸, que iluminam as particularidades regionais e históricas da prostituição em Teresina. Assim, buscamos construir uma compreensão ampla e fundamentada das condições vivenciadas por essas mulheres e dos caminhos possíveis para a sua emancipação.

Este estudo justifica-se pela necessidade de entender as interseções entre gênero, poder, trabalho sexual e políticas públicas em Teresina. A cidade, apesar de ser um importante polo urbano no estado do Piauí, ainda apresenta lacunas no que diz respeito ao tratamento e reconhecimento das trabalhadoras sexuais, tanto em termos de direitos quanto de políticas de saúde e segurança. As condições de vulnerabilidade enfrentadas por essas mulheres e a invisibilidade que permeia suas realidades tornam esse estudo socialmente relevante, contribuindo para um debate amplo sobre políticas de inclusão e proteção.

Na academia, o estudo da prostituição no Brasil concentra-se, em sua maioria, em grandes centros urbanos. Dessa forma, este projeto se destaca por abordar o tema em um contexto regional específico, Teresina, e intenta examinar as peculiaridades culturais e sociais que cercam a prática na cidade. Ao focar na realidade local, o presente estudo pode orientar políticas públicas mais eficazes e inclusivas, além de contribuir para o campo acadêmico com um recorte inexplorado. Além disso, espera-se que os resultados possam fomentar novas discussões sobre igualdade de direitos e reconhecimento do trabalho sexual, contribuindo para a formação de políticas públicas mais assertivas.

Diante disso, estabelecemos como objetivo geral: analisar as relações de poder e as políticas públicas em torno da prostituição em Teresina, com foco no período de 2000 a 2024,

⁵GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª edição. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

ALVES, Cláudio ER. Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: existe um modelo legítimo de mulher. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, p. 1-3, 2017. Disponível em: <https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872_ARQUIVO_Mulherescisgeneroe_mulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2025.

⁶FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁷SÁ FILHO, Bernardo Pereira. **Cartografias do prazer: Boemia e prostituição em Teresina**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

⁸PISCITELLI, Adriana. **Deslocamentos femininos e prostituição: trânsitos nos mercados transnacionais do sexo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 619-637, maio-agosto, 2015.

explorando os desafios e as implicações para mulheres cis e trans. Decorrente disso apontamos como objetivos específicos: 1. Historicizar o impacto do estigma social sobre a prática da prostituição e como isso impacta no acesso às políticas públicas, destacando as barreiras impostas pelo preconceito social. 2. Identificar a existência ou não de políticas públicas voltadas para trabalhadoras sexuais em Teresina, examinando sua eficácia e abrangência, considerando a implementação de programas de saúde e segurança. 3. Identificar as principais pautas reivindicatórias das associações e entidades voltadas para defesa e proteção das trabalhadoras sexuais, ao longo do recorte temporal estabelecido. 4. Explorar o papel de órgãos como o Ministério do Trabalho, a Secretaria da Mulher e a Delegacia da Mulher na garantia de direitos para essas mulheres, avaliando se essas instituições promovem a proteção ou perpetuam a exclusão.

Como forma de ampliar o debate, a presente proposta dialoga com um conjunto de obras acadêmicas que oferecem contribuições teóricas e empíricas fundamentais para compreender as relações de poder, o estigma social e as políticas públicas que permeiam a prostituição em Teresina. Ao analisar essas referências, buscamos construir uma narrativa coesa que articule diferentes perspectivas teóricas e contextuais, situando a realidade local no debate nacional e global.

Erving Goffman, em *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (2017)⁹ oferece uma base teórica essencial para compreender como as trabalhadoras sexuais são estigmatizadas e como isso impacta sua identidade social. Sociólogo e autor amplamente reconhecido no campo das ciências sociais, Goffman desenvolveu seu trabalho nos Estados Unidos, com aplicações que transcendem contextos geográficos. Segundo ele, o estigma é uma marca social que deteriora a identidade de indivíduos considerados “diferentes”, resultando em exclusão e marginalização. No contexto de Teresina, essa teoria ajuda a explicar como as trabalhadoras sexuais são desumanizadas e invisibilizadas, o que dificulta o acesso a direitos básicos e a proteção social. A contribuição de Goffman se conecta diretamente às políticas públicas analisadas neste estudo, evidenciando a necessidade de combater o estigma como parte de uma agenda mais ampla de inclusão e proteção.

Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (2008) complementa essa discussão ao explorar como as relações de poder estruturam o controle social sobre corpos e espaços. Foucault, filósofo francês renomado, desenvolveu conceitos como biopolítica e poder disciplinar que

⁹ GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª edição. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

iluminam as formas pelas quais a sociedade regula indivíduos e coletividades. A prostituição, vista como um fenômeno de transgressão e resistência está inserido em um regime de biopolítica que regula a vida das trabalhadoras sexuais. No contexto de Teresina, isso se reflete nas zonas de prostituição, que são frequentemente alvo de controle policial e campanhas de moralização, reforçando a marginalização dessas mulheres¹⁰. A combinação entre o estigma individual descrito por Goffman e o controle institucional de Foucault forma uma base teórica robusta para entender os desafios enfrentados pelas trabalhadoras sexuais na cidade.

Marlene Teixeira Rodrigues, em *A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?* (2015), examina a precariedade das condições de trabalho das trabalhadoras sexuais e os desafios para o reconhecimento da prostituição como atividade laboral. Professora e pesquisadora vinculada à Universidade de Brasília (UnB), Rodrigues desenvolveu este estudo com foco na marginalização legal e social enfrentada por essas mulheres. Ela argumenta que o estigma e a falta de regulamentação impedem que essas mulheres tenham acesso a direitos básicos, como previdência social e proteção contra a violência. Essa análise é essencial para entender a situação em Teresina, onde as políticas públicas ainda não reconhecem formalmente a prostituição como uma categoria de trabalho. Além disso, as campanhas de saúde locais raramente incluem abordagens que considerem as demandas específicas dessas mulheres.

Adriana Piscitelli, em *Deslocamentos femininos e prostituição* (2015), explora como as dinâmicas de mobilidade e resistência moldam as experiências de mulheres no mercado do sexo. Pesquisadora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Piscitelli concentra-se em estudos transnacionais e de gênero, com contribuições que iluminam a relação entre vulnerabilidade e resistência. Embora seu foco principal seja o contexto transnacional, suas análises são aplicáveis à realidade local de Teresina, onde as trabalhadoras sexuais também enfrentam barreiras sociais que limitam sua autonomia. Piscitelli destaca que, mesmo em cenários de vulnerabilidade, essas mulheres

¹⁰ Diversos locais em Teresina tornaram-se, ao longo das décadas, reconhecidos como pontos tradicionais de prostituição. Entre os espaços historicamente registrados destacam-se: a *Avenida José Paulino* (região do antigo “Cabaré da Toinha”), a *Rua Paissandu* no Centro (citada em pesquisas etnográficas sobre prostituição urbana), as imediações do *Mercado Central São José*, áreas próximas ao *Beco da Lama* e trechos da *Avenida Maranhão*, sobretudo no entorno dos antigos bares e boates que compunham o circuito noturno da cidade. No período contemporâneo, tais dinâmicas deslocaram-se parcialmente, mas permanecem presentes em diferentes territórios, como: o entorno da *Avenida Maranhão*, a área próxima ao *Terminal do Buenos Aires*, determinados trechos da *Avenida Frei Serafim*, as redondezas do *Centro/Sul* durante o período noturno, além de pontos situados próximos a hotéis nas *Zonas Leste e Sudeste*, frequentemente mencionados em relatórios da FMS e ações do Consultório na Rua. Tais espaços combinam permanências e deslocamentos, refletindo transformações urbanas, vigilâncias estatais, políticas de ordenamento e a migração crescente para ambientes digitais.

desenvolvem estratégias de resistência e negociação, o que se conecta às abordagens de poder e resistência descritas por Foucault.

O artigo *Aspectos da Prostituição na Sociedade Brasileira* (2024), de Glauciene Oliveira dos Reis, enfatiza que a falta de regulamentação da prostituição perpetua ciclos de exclusão e estigmatização. Jurista e pesquisadora, Reis atua no campo das políticas públicas e direitos humanos, com foco na defesa das populações marginalizadas. Ela também aborda a importância de considerar as experiências individuais das trabalhadoras sexuais, especialmente no que diz respeito à separação entre vida pessoal e profissional. No contexto de Teresina, essas reflexões ajudam a compreender como as mulheres da região lidam com a marginalização e criam espaços de resistência em um ambiente de vulnerabilidade.

A tese de Bernardo Pereira de Sá Filho, *Cartografias do Prazer: Corpo, Boemia e Prostituição em Teresina (1930–1970)* (2017), é uma referência indispensável para compreender a história e a dinâmica da prostituição na cidade. Professor e pesquisador vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Sá Filho realizou um estudo aprofundado sobre a construção histórica dos espaços de prostituição em Teresina. Ele explora como os espaços de boemia se consolidaram como territórios de transgressão, mas também de controle social. Sua análise histórica revela que o estigma e a marginalização das trabalhadoras sexuais não são fenômenos recentes, mas estão enraizados na forma como a sociedade teresinense estruturou seus espaços urbanos e culturais.

No artigo *Prostituição no Brasil Contemporâneo: Aquiescência Social e Desafios Inerentes à Regulamentação da Atividade* (2020), Simone Cristina de Souza explora como a regulamentação da prostituição enfrenta resistências sociais e políticas que perpetuam a exclusão das trabalhadoras sexuais. Professora e pesquisadora na área de Direito e Políticas Públicas, Souza analisa o paradoxo da aquiescência social — ou seja, a aceitação passiva da atividade — em um contexto que reforça a marginalização. Essa discussão se aplica diretamente a Teresina, onde as políticas públicas frequentemente reproduzem a exclusão das trabalhadoras sexuais.

O trabalho de Célia Gomes e a criação da ASPROPI (Associação de Prostitutas do Piauí) adicionam uma dimensão prática e organizacional ao debate sobre a prostituição em Teresina. Conforme descrito por Central Piauí (2025), Célia Gomes transformou sua experiência de vida em uma plataforma de defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, enfrentando estigmas e promovendo o empoderamento coletivo. Durante a pandemia da COVID-19, a ASPROPI desempenhou um papel essencial ao garantir condições básicas de sobrevivência para essas

mulheres. Essa organização, junto com a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), ampliou a luta por reconhecimento e direitos a nível nacional, consolidando espaços de articulação política que combatem o estigma e promovem a dignidade das profissionais do sexo.

Embora a ASPROPI, junto com a CUTS, tenha um papel histórico na ampliação da luta por reconhecimento e direitos a nível nacional, consolidando espaços de articulação política que combatem o estigma e promovem a dignidade das profissionais do sexo, é preciso adicionar uma análise crítica. Observa-se uma considerável dificuldade de contato com os responsáveis pela associação, aliada a uma aparente tentativa de monopolização da pauta por parte deles. Nesse sentido, é fundamental ressaltar que, por se tratar de uma associação civil e não um órgão de Estado, a ASPROPI não pode (e não deve) monopolizar essa representação.

Por fim, o artigo Trabalho, Prostituição, Estigma e Identidade na Sociedade Brasileira (2019), de Marco Antônio Ribeiro, analisa como o estigma afeta a construção de identidades das trabalhadoras sexuais. Professor e pesquisador com experiência em comunicação e estudos culturais, Ribeiro destaca que a identidade dessas mulheres é constantemente renegociada em função do preconceito social e das demandas impostas por um mercado que não lhes oferece proteção formal. Essa perspectiva é fundamental para entender como as mulheres em Teresina lidam com a exclusão e constroem espaços de resistência.

A metodologia deste projeto segue uma abordagem qualitativa, que permite compreender em profundidade as dinâmicas sociais, históricas e institucionais relacionadas à prostituição feminina em Teresina. Para isso, utilizamos como técnica de coleta de dados a análise documental.

A análise documental será realizada com base em fontes primárias e secundárias relacionadas à prostituição e às políticas públicas implementadas em Teresina. Os documentos incluem: Leis e normativas, tais como: Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), para analisar os impactos de medidas de proteção às mulheres e seu alcance entre as trabalhadoras sexuais; Resoluções da Secretaria Municipal de Saúde de Teresina sobre campanhas de prevenção a ISTs; Lei nº 9.263/1996, que regula o planejamento familiar e seu impacto em campanhas educativas para mulheres em situação de vulnerabilidade; Diagnóstico da Violência contra a Mulher em Teresina (publicado na plataforma Mulher Segura); Relatórios institucionais: Publicações da Secretaria da Mulher, Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Municipal de Saúde de Teresina, além de dados da Delegacia da Mulher; Estudos anteriores: Pesquisas acadêmicas e relatórios de ONGs que atuam na área de direitos humanos e gênero.

Os documentos foram coletados por meio de acesso direto às instituições, consultas a bancos de dados acadêmicos e portais governamentais, como o site da Prefeitura de Teresina e plataformas como a Mulher Segura.

Os dados coletados serão organizados em categorias temáticas definidas com base nos objetivos do projeto. As entrevistas serão analisadas a partir do método de análise de conteúdo (Bardin, 2016)¹¹, buscando identificar padrões e discrepâncias que permitam responder à problemática do estudo. A análise documental será integrada às entrevistas para formar um panorama abrangente das relações de poder, estigma e políticas públicas em Teresina.

Diante disso, o presente trabalho se estrutura em quatro capítulos, a saber: o primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica e a discussão conceitual acerca de prostituição, estigma, relações de poder e memória social; o segundo capítulo reconstrói a trajetória histórica da prostituição feminina em Teresina, articulando economia, moralidade e experiências urbanas; o terceiro capítulo examina a economia da sobrevivência, a moral pública e os regimes de historicidade que moldam as experiências das mulheres em situação de prostituição; e o quarto capítulo analisa as políticas públicas municipais entre 2000 e 2024, evidenciando tensões, silenciamentos institucionais e os limites da atuação estatal diante das demandas das trabalhadoras sexuais.

¹¹ BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

2. ENTRE ESTIGMA E NECESSIDADE: PERCURSO HISTÓRICO DA PRÁTICA SOCIAL

Não cobice em seu coração a sua beleza nem se deixe seduzir por seus olhares, pois o preço de uma prostituta é um pedaço de pão, mas a adúltera sai à caça de vidas preciosas.

(Provérbios 6, 25-26)

A prostituição é uma das práticas mais antigas da humanidade, existindo sob diferentes formas e significados desde as primeiras organizações sociais. Embora presente em diversas sociedades e períodos históricos, ela foi progressivamente marcada por estigmas, moralismos e mecanismos de controle que marginalizaram as pessoas que a exercem. Este artigo propõe uma análise da prostituição ao longo da história, destacando suas transformações culturais, políticas e jurídicas, com base em uma abordagem interdisciplinar fundamentada em autores como Michel Foucault (1988)¹², Silvia Federici (2017)¹³ e Margot Light (1995)¹⁴. Ao fazer isso, busca-se contribuir para uma compreensão crítica do tema e seus desdobramentos na contemporaneidade.

Na Antiguidade, especialmente nas civilizações mesopotâmicas, gregas e romanas, a prostituição era compreendida de forma muito diversa da visão moderna. Em muitos casos, ela era associada a rituais religiosos, como no culto à deusa Inanna/Ishtar, onde mulheres realizavam o que se convencionou chamar de “prostituição sagrada”. A prática não apenas era aceita como também institucionalizada. Na Grécia, por exemplo, havia distinções claras entre as pornai, geralmente escravizadas e exploradas, e as hetairas, que detinham certa autonomia e acesso aos espaços de sociabilidade masculina¹⁵.

Com a consolidação do cristianismo no Ocidente, a prostituição passou a ser vista como expressão da degradação moral. O corpo feminino foi progressivamente vinculado ao pecado e à tentação, o que fundamentou a exclusão social da mulher prostituída. Santo Agostinho (apud FOUCAULT, 1988) reconhecia a prostituição como um “mal necessário”, justificando sua permanência como forma de evitar o “caos moral” da luxúria masculina. Na prática, a

¹² FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

¹³ FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

¹⁴ LIGHT, Margot. **Sexual Politics and Feminist Theory**. London: Routledge, 1995.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. Op. Cit.

prostituição era reprimida, mas também tolerada pelas autoridades civis, que regulavam os bordéis como estratégia de controle social.

Nos séculos XVIII e XIX, com a ascensão da modernidade, a prostituição passou a ser objeto de um discurso higienista e jurídico. A mulher prostituída era vista como foco de doenças venéreas e desordem social. Michel Foucault (1988)¹⁶ analisa como, nesse período, o corpo sexualizado passou a ser disciplinado por dispositivos médicos, jurídicos e policiais. Silvia Federici (2017)¹⁷, por sua vez, destaca que a repressão à prostituição também se relaciona à transição para o capitalismo, que impôs uma nova disciplina ao corpo feminino, subordinando-o à reprodução e à família monogâmica.

No Brasil, a prostituição sempre ocupou uma posição ambígua: tolerada em certos espaços urbanos, mas estigmatizada e criminalizada pelas instituições. No início do século XX, o país absorveu as influências dos discursos médicos europeus, estabelecendo políticas de vigilância sanitária sobre prostitutas. Segundo Rago (1991)¹⁸, os bairros de prostituição foram institucionalizados, como a zona do Mangue, no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que as mulheres eram alvo de uma política de “limpeza moral” e controle.

A prostituição esteve historicamente concentrada em espaços físicos específicos, como os cabarés, bordéis e as chamadas "casas de prostituição"¹⁹. Esses estabelecimentos podem variar, funcionando por vezes como boates — termo preferido em alguns contextos para evitar a conotação de violência associada ao "cabaré"²⁰, ou estruturando bairros inteiros²¹, como a histórica região da Rua Paissandu em Teresina, conhecida como "cinturão de prostíbulos"²². Simultaneamente, a prática ocorre "nas ruas" e calçadas, com profissionais atuando em esquinas, avenidas ou zonas urbanas conhecidas por essa atividade, como áreas de Copacabana no Rio de Janeiro e da Rua Augusta em São Paulo.²³

¹⁶ FOUCAULT, Michel. Op. Cit.

¹⁷ FEDERICI, Silvia. Op. Cit.

¹⁸ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁹ PATRIARCA, Letizia. **"Quanto é o programa?": notas sobre trocas econômico, afetivas e sexuais na prostituição**. [s.l.: s.n., s.d.]. Apresentação em Grupo de Trabalho.

²⁰ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. "Corpos descendo a Paissandu": Corpos produzidos no contexto da prostituição no Centro de Teresina-PI. **Cadernos CRSG**, Parnaíba, v. 2, n. 1, p. 2-10, jan./mar. 2020. Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG.

²¹ PATRIARCA, Letizia. Op. Cit.

²² FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. Op. Cit.

²³ RUSSO, Glaucia. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, set./dez. 2007.

REIS, Amanda Ortelan. **Economia da prostituição**. 2023. 42 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Administração, Contabilidade e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

Com o avanço da tecnologia, a prostituição ganhou uma nova dimensão e ressonância, migrando do espaço físico para o "mundo digital". A internet e as plataformas online transformaram a indústria do sexo, permitindo que profissionais anunciem seus serviços e se conectem com clientes de forma mais discreta e fácil através de "sites de classificados", "plataformas de acompanhantes online" e aplicativos especializados. Essa transição tornou a "prostituição online" mais proeminente e possibilitou o surgimento de novas modalidades de trabalho, como o "trabalho remoto e o 'camming'" (transmissão de conteúdo erótico ao vivo), alterando significativamente a forma como a atividade é praticada, promovida e acessada²⁴.

Atualmente, a legislação brasileira não criminaliza o ato da prostituição, mas pune atividades correlatas como o rufianismo e a manutenção de prostíbulos. Essa contradição jurídica favorece a exploração e a vulnerabilidade das pessoas que exercem o trabalho sexual, sobretudo travestis, transexuais e mulheres negras²⁵.

O século XXI trouxe novos debates em torno da prostituição, a partir de uma perspectiva de direitos humanos. Enquanto parte do movimento feminista considera a prostituição uma forma de violência contra a mulher²⁶, outras correntes defendem o reconhecimento do trabalho sexual como uma escolha legítima e um espaço de resistência²⁷.

Margot Light (1995)²⁸ destaca que a discussão sobre prostituição precisa ser situada em contextos sociais específicos, reconhecendo as desigualdades estruturais que atravessam raça, classe e gênero. No Brasil, organizações como a Rede Brasileira de Prostitutas têm lutado pela regulamentação da atividade, visando garantir proteção jurídica, acesso à saúde e respeito à dignidade das trabalhadoras sexuais.

A história da prostituição é marcada por uma oscilação constante entre o controle e a resistência. De práticas religiosas a regimes de criminalização, a prostituição revela os modos pelos quais as sociedades constroem suas normas sobre sexualidade, trabalho e moralidade. Romper com o estigma histórico que recai sobre as pessoas em situação de prostituição exige um olhar crítico e sensível às complexidades do fenômeno. O reconhecimento do trabalho sexual como atividade legítima e o respeito aos direitos dessas pessoas é um passo necessário para uma sociedade mais justa e plural.

²⁴ REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

²⁵ ALVES, Bruna. **Corpos vulneráveis: prostituição e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

²⁶ DWORKIN, Andrea. **Life and Death**. New York: Free Press, 1997.

²⁷ PISCITELLI, Adriana. **Trabalho sexual e ativismo: entre movimentos sociais e academia**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 29, p. 101-128, 2007.

²⁸ LIGHT, Margot. Op. Cit.

As sociedades modernas são atravessadas por mecanismos de normatização que delimitam comportamentos considerados aceitáveis ou desviantes. Práticas como a prostituição, o uso de substâncias ilícitas, a vivência LGBTQIA+, o nomadismo e a habitação em favelas ou territórios considerados “de risco” são frequentemente posicionadas à margem do campo da legalidade, da moral e do reconhecimento social. Essas práticas, longe de serem meros desvios individuais, revelam disputas estruturais por poder, visibilidade e pertencimento.

2.1.O que são práticas marginais?

As práticas marginais não se referem apenas à ilegalidade, mas àquilo que se desvia das normas culturais dominantes. Como define Becker (2008)²⁹, a rotulação social é o que transforma um ato em desvio. Assim, uma mesma prática pode ser vista como aceitável ou marginal a depender do contexto histórico, da classe social envolvida e das instituições que regulam o comportamento. A marginalidade, portanto, é uma construção social e política. Ela não está apenas “fora” da sociedade, mas é produzida por ela, como forma de manter fronteiras simbólicas entre o “nós” e o “outro”. Os estigmas associados às práticas marginais reforçam hierarquias sociais, raciais, de gênero e de classe.

A prostituição é uma das práticas mais estigmatizadas do Ocidente. Historicamente, foi tolerada em alguns períodos e fortemente reprimida em outros, sendo frequentemente associada à decadência moral. Silvia Federici (2017)³⁰ argumenta que a repressão à prostituição está ligada à imposição da moral burguesa e ao controle sobre os corpos femininos no advento do capitalismo.

Hoje, embora o trabalho sexual seja legal em países como o Brasil, ele ainda é atravessado por uma série de contradições legais e morais. Mulheres negras, travestis e transexuais são as mais afetadas pela estigmatização e pela violência institucional. Apesar disso, muitos desses sujeitos se organizam em coletivos e redes que reivindicam o reconhecimento de seus direitos trabalhistas e humanos.

É com reverência ao drama humano que se ergue a reflexão sobre a prostituição feminina em Teresina, um fenômeno marcado por estigmas que se enraízam como ervas daninhas no solo da dignidade. Em cada esquina, mulheres que buscam sustento desafiam olhares preconceituosos e estruturas de poder que, tal qual correntes invisíveis, restringem sua

²⁹ BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

³⁰ FEDERICI, Silvia. Op. Cit.

liberdade e alimentam narrativas de culpa e punição. Ah, como dói perceber que o próprio Estado, embora incumbido de “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e de “erradicar a pobreza e a marginalização”³¹, hesita diante da urgência de políticas públicas contínuas e comprometidas com a garantia de direitos fundamentais.

As políticas públicas, concebidas originalmente para materializar objetivos estatais em ciclos com começo, meio e fim, muitas vezes se limitam a remédios provisórios – paliativos que, findo o orçamento, se apagam como brasa ao vento. Mastrodi e Ifanger (2019, p. 5) argumentam que elas não nascem com a finalidade imediata de promover direitos, mas de cumprir metas predeterminadas, submetidas a avaliações periódicas que decidem seu prolongamento ou extinção. Contudo, em um Estado onde a promoção de direitos sociais é cláusula pétrea, reduzir a dignidade de mulheres em situação de prostituição a programas efêmeros é como regar flores apenas na primavera, esquecendo-se do inverno que também exige cuidado.

Nesse cenário, o estigma se faz sombra perene: interjeições de reprovação – “vagabunda!”, “pecadora!” – rompem o silêncio dos becos, martelando a autoestima e perpetuando a exclusão. As relações de poder manifestam-se de forma despótica quando instituições sanitárias, policiais e assistenciais tratam essas mulheres como simples objetos de intervenção, em vez de reconhecê-las como cidadãs donas de voz e memória. É como se as políticas públicas ganhassem corpo, mas perdessem a alma, deixando-a à deriva nos corredores impessoais da burocracia.

2.2.Do geral ao específico: panorama histórico da prostituição em Teresina-PI

Metáforas à parte urge compreender que cada ação estatal voltada a esse público deve ser perene, ininterrupta e concebida em diálogo constante com as protagonistas: mulheres que conhecem, na pele, as feridas abertas pela precariedade e pelo preconceito. Que se lhes ofereça, pois, um terreno fértil de escuta e participação, e não apenas um espetáculo de boas intenções. Que se tornem prenúncios de mudança as vozes que clamam por programas de acolhimento psicológico, capacitação profissional e acesso irrestrito à saúde, sem que haja, ao sabor das conjunturas, suspensão de verbas ou encurtamento de prazos.

³¹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

Por que isso importa? Porque, apesar de Teresina se afirmar como polo urbano do Piauí, ainda faltam políticas que reconheçam formalmente as trabalhadoras sexuais — seja no acesso a direitos ou na criação de programas de saúde e segurança sob medida. Essa invisibilidade fortalece sua vulnerabilidade e reforça a urgência desse debate.

Notamos que a maior parte da literatura brasileira foca nas grandes metrópoles. Aqui, fazemos diferente: olhamos para Teresina, desvendamos suas particularidades regionais e culturais. Queremos oferecer subsídios para políticas públicas mais inclusivas e abrir novos caminhos na pesquisa sobre trabalho sexual.

A capital piauiense possui um local historicamente emblemático para a prostituição: a região da Rua Paissandu, na zona Centro-Sul de Teresina. Conforme os estudos de Sá Filho (2006)³², esta área foi o "cinturão de prostíbulos em Teresina" entre as décadas de 1930 e 1970. A Rua Paissandu era a mais tradicional zona boemia e de prostituição da cidade e, ao contrário de outras zonas, não estava na margem, mas "dentro do perímetro urbano". A palavra "Paissandu" tornou-se sinônimo de "baixo meretrício", e a expressão local "descer a Paissandu", quando usada para uma mulher, significava "tornar-se prostituta". Na contemporaneidade, a região da Paissandu ainda mantém uma gama de bordéis para diferentes classes sociais. Uma mudança significativa é que a atividade não se restringe mais à noite; garotas de programa e seus clientes agora circulam no período diurno, misturando-se ao cotidiano de outras pessoas na região.

As práticas atuais em Teresina, documentadas por Figueiredo (2020)³³, dividem-se entre as boates e as ruas". É notável que as trabalhadoras e donos de estabelecimentos locais evitam os termos "cabaré" ou "bordel", preferindo "boate" ou "bar". Isso ocorre porque o cabaré está associado à violência, uso de drogas e outros tipos de atividades tidas como ilícitas. A pesquisa identificou mulheres que trabalham fixas em boates, como a "Hilda Drink 's", onde o valor cobrado pelo programa é mais alto (R\$100-150) e exige um investimento maior na "produção corporal" (cirurgias plásticas, tatuagens, roupas e maquiagem). Paralelamente, existem as garotas que trabalham nas ruas, uma prática que elas chamam de "bater pista". Segundo o autor, esta modalidade, ocorrendo durante o dia, envolve uma produção "mais modesta", com roupas simples e menos maquiagem. O valor do programa na rua é menor (entre R\$60-80), e as garotas evitam usar perfume para que os clientes, muitas vezes indo ou voltando do trabalho, não levem o cheiro para casa.

³² SÁ FILHO, Bernardo Pereira. **Cartografias do prazer: Boemia e prostituição em Teresina**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

³³ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. Op. Cit.

Em Teresina, entre os anos de 2000 e 2024, o estigma social tem operado como uma cerca invisível. A mulher em situação de prostituição é olhada, mas não enxergada. É nomeada, mas raramente escutada. Quando busca atendimento em um posto de saúde, muitas vezes é alvo de olhares tortos, de perguntas invasivas ou de orientações com tom de sermão. Isso não é cuidado — é controle. Isso não é política pública — é moral travestida de política. E Goffman (1988)³⁴ já nos alertava: o estigma não mora apenas no olhar do outro, mas no modo como as instituições tratam o estigmatizado como alguém “menos que”.

A construção da identidade social dessas mulheres também passa pelo corpo — esse corpo que trabalha, que fatura, que negocia e que resiste. No entanto, o mesmo corpo que garante a sobrevivência também carrega a marca da exclusão. Não são raras às vezes em que a roupa, o modo de falar ou o local onde trabalham são usados como justificativas para negar-lhes respeito. Em diálogo com Goffman (2017), podemos afirmar que o corpo da prostituta se torna um “sinal visível” de desvio, ainda que esse desvio seja, na verdade, uma construção social, e não uma essência pessoal.

Mas essas mulheres não estão paradas. Elas criam estratégias para sobreviver ao estigma. Algumas ocultam sua ocupação diante da família, outras montam redes de apoio com colegas, e há aquelas que se organizam politicamente, como fazem as integrantes da APROSPI (Associação das Prostitutas do Piauí), criando espaços de acolhimento e luta por direitos. São gestos de resistência, de reinvenção e, por que não dizer, de dignidade. Como afirma Figueiredo (2020)³⁵, a produção do corpo pelas trabalhadoras sexuais envolve escolhas estéticas, práticas de cuidado e modos de presença que desafiam a lógica da marginalização.

Porém, enquanto as instituições continuarem tratando essas mulheres como “casos” ou “riscos”, e não como cidadãs, o estigma seguirá operando. A cada ciclo orçamentário, a ausência de programas contínuos de saúde, assistência social e educação, voltados para essa população reforça a exclusão já imposta pelos discursos morais. Goffman (2017)³⁶ afirma que a sociedade tende a manter o estigmatizado à distância, mesmo quando esta prova sua capacidade de agir, de conviver, de contribuir. E isso fica evidente na forma como muitas políticas públicas evitam nomear a prostituição, como se ignorar fosse solução.

³⁴ GOFFMAN, Erving. Op. Cit.

³⁵ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. GAROTAS DE PROGRAMA EM TERESINA: PRODUÇÕES DO CORPO NO CONTEXTO DA PROSTITUIÇÃO. *Revista Wamon*, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 191-204, 2020. DOI: 10.29327/217579.5.1-13.

³⁶ GOFFMAN, Erving. Op. Cit.

Assim, compreender o estigma como um fenômeno relacional — que não nasce com a pessoa, mas é atribuído a ela — é essencial para desarmar os dispositivos de exclusão que se mantêm por omissão e conveniência. É preciso dizer: ninguém nasce estigmatizada. O estigma é uma escolha social, e pode, sim, ser desfeito. Mas isso exige coragem institucional, escuta ativa e políticas construídas com — e não apenas para — essas mulheres.

Enquanto o Estado continuar falhando em garantir a essas cidadãs o básico — saúde, segurança, dignidade —, o estigma seguirá ditando quem merece ou não ter direitos reconhecidos. E isso, mais do que injusto, é inaceitável. É preciso romper com essa lógica que transforma políticas públicas em favores, e que faz da prostituição um território de silêncio, quando deveria ser pauta de escuta e ação efetiva.

Complementando essa perspectiva, Foucault (2008)³⁷ propõe que, a partir do século XVIII, a sociedade passou a se organizar em torno de um poder disciplinar — um tipo de poder que atua diretamente sobre os corpos, tornando-os úteis, dóceis e previsíveis. Esse poder se manifesta nas escolas, nos quartéis, nas prisões, nos hospitais — e, como não poderia deixar de ser, nas políticas e práticas voltadas à prostituição. Em Teresina, entre os anos de 2000 e 2024, observa-se com nitidez o funcionamento dessa lógica: mulheres que exercem a prostituição são vigiadas, controladas e, muitas vezes, rotuladas como “problema social” antes mesmo de serem reconhecidas como sujeitos de direitos.

A prostituta, nesse cenário, torna-se um corpo-classificado. Sua presença em determinados espaços é tolerada, desde que não ultrapasse o limite do “aceitável”. Sua atuação é permitida, desde que não demande cidadania plena. Isso revela a face moralizante do poder disciplinar, que age não apenas sobre o corpo físico, mas também sobre a subjetividade dessas mulheres. Em vez de serem vistas como trabalhadoras, são tratadas como desvio a ser contido. E quando tentam romper esse enquadramento — seja por meio da organização política, seja por exigir serviços públicos de qualidade —, enfrentam o que Foucault (2008) denomina como resistência da norma: um dispositivo que ajusta, reprime, doméstica.

Não se trata apenas de repressão no sentido clássico, mas de uma pedagogia silenciosa, contínua e naturalizada. Desde os primeiros contatos com instituições públicas — como hospitais, escolas ou delegacias — essas mulheres aprendem que seu lugar social é o da suspeita. São interpeladas por olhares e discursos que reforçam a vigilância moral: “Você faz programa? Mas tem filho?”, “E a sua saúde, você se cuida?”. Questionamentos que não seriam

³⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. São Paulo: Vozes, 2008.

feitos a uma trabalhadora de qualquer outra profissão. O corpo da prostituta é sempre um corpo em alerta, não só por sobrevivência física, mas por defesa psíquica.

Foucault (2008) mostra que a disciplina moderna não precisa da força bruta para funcionar: ela se impõe por meio da repetição, da vigilância difusa, da naturalização das hierarquias. E isso é visível em Teresina, quando se observam os discursos institucionais que reduzem a prostituição a uma questão de “higiene” ou de “ordem pública”. Ora, onde está a escuta? Onde está o diálogo? As políticas públicas voltadas a essa população, quando existem, quase sempre são construídas sem a participação direta das mulheres envolvidas — o que revela uma prática de poder verticalizada, que reforça desigualdades em vez de corrigi-las.

Diante disso, é necessário afirmar: o corpo inserido na prostituição em Teresina não é um corpo passivo. Ele resiste, contesta e se adapta de múltiplas formas. As garotas de programa ativamente rechaçam a imagem de "vítimas e coitadinhas" e afirmam-se como donas de seus corpos. Essa resistência se materializa na definição de limites claros, onde certas práticas sexuais não são realizadas, mesmo que isso signifique perder o pagamento; a ideia de que o cliente compra acesso total é uma "falsa impressão". Elas mantêm o controle sobre a interação, definindo o tempo e as atividades permitidas, como no caso da profissional que ditou as regras do que podia ser tocado durante um strip-tease ³⁸.

Estratégias de conquista, como a "fala da putaria", ou o "dengo", e de manejo, como enganar um cliente bêbado, são ativamente empregadas. Por fim, a resistência mais unânime é a de saúde: a imposição do uso de preservativos para todas as práticas, incluindo sexo oral ou manual. ³⁹

No entanto, essa resistência não deveria ser feita sozinha. Cabe ao poder público reconhecer que a prostituição não é apenas uma questão moral ou de segurança, mas também de trabalho, saúde e cidadania. Romper com a lógica disciplinar implica, antes de tudo, abrir espaço para escutar essas mulheres como agentes políticos, e não como alvos de intervenção.

Por fim, ao incorporar os conceitos de Foucault (2008) ⁴⁰ ao estudo da prostituição feminina em Teresina, torna-se evidente que a vigilância e a disciplina exercidas sobre essas mulheres fazem parte de um projeto mais amplo de controle social. Um controle que não apenas define o que é “normal”, mas também estipula quem pode existir plenamente no espaço público. Desconstruir essa lógica é passo fundamental para a construção de políticas públicas que

³⁸ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. Op. Cit.

³⁹ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. Op. Cit.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. Op. Cit.

respeitem a diversidade das formas de vida e garantam, de fato, os direitos mais elementares a todas as pessoas — inclusive àquelas que, historicamente, foram colocadas à margem.

2.3.Prostituição e mundos do trabalho: uma conexão possível?

Definir "trabalho" implica reconhecer sua complexidade. Essencialmente, é a aplicação das faculdades humanas, físicas ou intelectuais, para atingir um fim determinado, uma atividade coordenada que pode constituir ofício ou profissão, embora historicamente carregue conotações de esforço e sofrimento ligadas à sua origem no termo *tripalium*. Filosoficamente, distinguem-se diferentes níveis como o *labor* (esforço corporal para sobrevivência), a *poiesis* ou *work* (fabricação de objetos duráveis) e a *praxis* (ação política pelo discurso), sendo o trabalho humano diferenciado da ação animal pela intencionalidade e projeto mental prévio. Contudo, a modernidade industrial introduziu a alienação, separando o trabalhador dos meios, do processo e do produto final, contrastando com ideais renascentistas ou hegelianos que o veem como auto-expressão.⁴¹

Nesse panorama, a prostituição emerge como uma prática de difícil classificação. Inegavelmente, envolve uma troca explícita de serviços (geralmente sexuais) por dinheiro, inserindo-se numa lógica econômica e sendo frequentemente motivada pela necessidade de sobrevivência, aproximando-se do conceito de labor. No Brasil, chegou a ser reconhecida como ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 5198-05) (REIS, 2023; PATRIARCA, [s.d.])⁴². Contudo, de acordo com Albornoz (2004), Simmel (1990)⁴³ e Figueiredo (2020)⁴⁴, distancia-se das noções clássicas de trabalho: geralmente não resulta em um produto material durável (*poiesis*), mas sim num serviço efêmero; a "ferramenta" central é o próprio corpo, diferentemente da transformação de matéria externa; e frequentemente carece da dimensão de auto-realização intrínseca, sendo marcada por forte estigma social e ambiguidades legais⁴⁵. A realidade de Teresina, onde profissionais veem o corpo como "ferramenta" e a motivação financeira é primordial, exemplifica essa posição complexa: uma

⁴¹ ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

⁴² REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

PATRIARCA, Letizia. Op. Cit.

⁴³ SIMMEL, Georg. **Philosophy of money**. Translate David Frisby and Tom Bottomore. New York: Routledge, 1990.

⁴⁴ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. Op. Cit.

⁴⁵ REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

atividade exercida como trabalho por necessidade econômica⁴⁶, mas que desafia as definições tradicionais e ideais de trabalho.

Rodrigues (2015), por sua vez, em “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?” analisa a precariedade da atividade e os obstáculos para seu reconhecimento legal. A autora destaca que a falta de regulamentação impede o acesso das trabalhadoras sexuais a direitos previdenciários e à proteção contra a violência, realidade visível também no cenário teresinense.

Piscitelli (2015), em *Deslocamentos femininos e prostituição*, analisa como as experiências das mulheres no mercado do sexo são atravessadas pela mobilidade, vulnerabilidade e resistência. Embora sua abordagem seja centrada em contextos transnacionais, sua reflexão é pertinente para a realidade local, ao evidenciar as estratégias de sobrevivência e resistência adotadas pelas trabalhadoras sexuais mesmo em contextos de intensa exclusão social.

Reis (2024), em *Aspectos da Prostituição na Sociedade Brasileira*, enfatiza que a ausência de regulamentação formal da prostituição no Brasil perpetua ciclos de exclusão e reforça o estigma. A autora salienta ainda a importância de considerar as trajetórias individuais das trabalhadoras sexuais, especialmente no que tange à dissociação entre vida pessoal e atividade profissional.

A contribuição de Sá Filho (2017), em *Cartografias do Prazer: Corpo, Boemia e Prostituição em Teresina (1930–1970)*, é essencial para contextualizar historicamente a formação dos espaços de prostituição na capital piauiense. O autor evidencia que o estigma e a marginalização dessas mulheres não são fenômenos recentes, mas processos historicamente construídos, enraizados na organização urbana e nos valores sociais locais.

Souza (2020), em “Prostituição no Brasil Contemporâneo: Aquiescência Social e Desafios Inerentes à Regulamentação da Atividade” problematiza o paradoxo da aceitação passiva da prostituição e a resistência à sua regulamentação, fenômeno igualmente observável em Teresina, onde muitas ações públicas reproduzem a exclusão.

A atuação da ASPROPI, liderada por Célia Gomes, reforça a importância da mobilização coletiva. Como relatado por reportagens da Central Piauí (2025) e do portal Metrôpoles (2025), essa organização desempenhou papel fundamental durante a pandemia da COVID-19, garantindo assistência básica a diversas profissionais do sexo. A articulação entre

⁴⁶ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. Op. Cit.

a ASPROPI e a CUTS tem ampliado a visibilidade e a legitimidade da luta por direitos e reconhecimento social dessas mulheres.

A contribuição de Ribeiro (2019), no artigo Trabalho, Comunicação Oral: Prostituição, Estigma e Identidade na Sociedade Brasileira, também merece destaque, ao evidenciar como o estigma impacta diretamente a construção identitária das trabalhadoras sexuais. O autor argumenta que essas identidades são constantemente renegociadas em função do preconceito social e da ausência de políticas de proteção formal.

A reflexão aqui proposta parte também do próprio conceito de trabalho. É surpreendente constatar que, ao nos debruçarmos sobre ele, somos instigados a abandonar a ilusão de uma definição estática. O trabalho se revela tão versátil quanto às mãos que o executam e os corpos que o ofertam ao mundo. Albornoz (2004)⁴⁷ destaca que “a palavra trabalho tem múltiplos sentidos: ora designa dor e fadiga, ora criação cultural, ora ação coletiva de transformação”. É nesse sentido que a prostituição feminina em Teresina não pode ser invisibilizada nem reduzida a mero “conto de horror”: ela é, antes de tudo, uma forma de trabalho atravessada por estigmas que lhe retiram a qualidade de criação e reduzem a ação humana ao sofrimento.

Desde a raiz latina *tripalium* — instrumento de tortura — até a acepção mais nobre de “obra que permanece além de quem a produz”, o termo trabalho carrega em si uma dialética entre o *poiesis* (produção de valor duradouro) e o labor (esforço penoso, muitas vezes repetitivo). No contexto das mulheres em situação de prostituição, esse embate ganha contornos dramáticos: se o trabalho de construir relações de afeto, de criar laços de confiança e de assegurar a própria subsistência fosse reconhecido como *poiesis*, tais mulheres deixariam de ser percebidas como agentes de um esforço degradante, para serem vistas como artesãs da própria vida.

Pesquisas etnográficas conduzidas em Teresina evidenciam como essas mulheres produzem seus corpos como ferramenta de trabalho, muitas vezes com estratégias complexas de sedução, cuidado, resistência e sobrevivência, mesmo diante da precariedade institucional e da estigmatização cotidiana⁴⁸. Elas negociam performances, aparência e afetos, mesclando o trabalho visível e invisível num território urbano marcado pela desigualdade.

Todavia, num país que se ancora em direitos sociais como cláusulas pétreas, as políticas públicas voltadas ao trabalho sexual ainda oscilam entre programas esporádicos e promessas fugazes. Como apontado, o ciclo tradicional de início, meio e fim não condiz com a natureza

⁴⁷ ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

⁴⁸ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. Op. Cit.

dos direitos sociais. Se a ética protestante do trabalho, em sua vertente secular, construiu a noção de vocação como esforço contínuo e redentor — “quem não trabalha não come” —, essa mesma lógica é pervertida quando se nega ao trabalho sexual qualquer reconhecimento legal, previdenciário e sanitário.

Além da produção de serviços, as mulheres em situação de prostituição geram subjetividades e oferecem cuidado emocional — um trabalho invisível, não mensurável em horas ou unidades vendidas. Marx (2011)⁴⁹ já apontava a alienação como perda de controle sobre o produto do trabalho; aqui, essa alienação estende-se à perda de identidade, dignidade e reconhecimento. A trabalhadora sexual é desprovida de vínculo formal, carrega o estigma social e, por vezes, sequer possui acesso à justiça ou à assistência social.

Assim, torna-se urgente que as políticas públicas — estas jardineiras de que falamos — removam as ervas daninha do preconceito e preparem o terreno para a autonomia. Que se reconheça o trabalho sexual como legítima expressão de interdependência e criação de sentidos sociais. Negar a essas mulheres o estatuto de cidadãs plenas é negar a própria polis — pois, como no corpo humano, não há órgão dispensável. Na sociedade, tampouco pode haver cidadão descartável.

Nesse contexto, o presente estudo propõe investigar a prostituição feminina em Teresina, no recorte temporal de 2000 a 2024, à luz das relações de poder, dos estigmas persistentes e das políticas públicas formuladas (ou negligenciadas). A escolha desse intervalo temporal não é arbitrária. Como nos recorda Roussou (1998)⁵⁰, todo historiador do tempo presente é chamado a definir um marco cronológico que delimita seu campo de estudo. O ano de 2000 representa um limiar: marca a consolidação de políticas públicas voltadas à saúde e aos direitos das trabalhadoras sexuais, enquanto o advento da internet e das redes sociais redesenha os espaços de sociabilidade, visibilidade e estigmatização.

Ao incluir o ano de 2024, o estudo abarca tanto os impactos da pandemia de COVID-19 — que exacerbou as exclusões já existentes — quanto às mudanças institucionais decorrentes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, a partir de 2015, que introduziram novas diretrizes para o combate à desigualdade de gênero e à pobreza. Desse modo, entre 2000 e 2024, é possível analisar com mais rigor a continuidade (ou a interrupção) das políticas públicas voltadas à prostituição feminina e às suas consequências sociais e simbólicas.

⁴⁹ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁵⁰ ROUSSOU, Henry. O arquivo, o historiador e o tempo presente. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 95-106.

Por fim, compreendemos que todo estudo de tempo presente carrega a tarefa de historicizar seu objeto e de reconfigurar o tempo. Hartog (2013)⁵¹ propõe o conceito de regimes de historicidade, entre os quais se destaca o presentismo — esse tempo “fechado em si”, onde o futuro é adiado e o passado perde valor como referência. A prostituição, nesse regime, é vivida no tempo, mas pensada fora dele. O desafio é romper com esse aprisionamento temporal e instaurar um novo tempo histórico: um tempo habitável, onde passado, presente e futuro dialogam a serviço da justiça social.

⁵¹HARTOG, François. Experiências do tempo:: da história universal à história global?. *História, histórias*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2013. DOI: 10.26512/hh.v1i1.10714. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10714>. Acesso em: 01 nov. 2025.

3. ENTRE ECONOMIA, MORAL E MEMÓRIA: A PROSTITUIÇÃO FEMININA EM TERESINA

3.1.A economia da sobrevivência e o corpo como resistência

A prostituição, em Teresina, não pode ser compreendida apenas a partir do estigma que marca os corpos das mulheres, mas também das condições econômicas que as empurram para essa atividade. O desemprego, a pobreza e a desigualdade de gênero funcionam como correntes invisíveis que delimitam as escolhas possíveis, forçando muitas a enxergar na prostituição não um desejo, mas uma necessidade de sobrevivência. É nesse ponto que a economia se mistura ao corpo: cada programa realizado torna-se, para algumas, a tradução concreta do pão de cada dia, revelando como a exclusão social se entranha no íntimo da experiência humana.

Reis (2023)⁵² observa que a prostituição no Brasil tem se configurado como resposta direta às falhas estruturais do mercado de trabalho, que expulsa mulheres, sobretudo as mais pobres, negras e periféricas, para as margens da dignidade laboral. Em Teresina, essa realidade é sentida com nitidez: a ausência de oportunidades formais, somada à precariedade de políticas de inclusão produtiva, empurra mulheres cis e trans para a rua, onde enfrentam não apenas o peso do estigma, mas também a vigilância constante das instituições. Ora, não é irônico que a mesma sociedade que nega emprego digno seja aquela que aponta o dedo acusador às que buscam sobreviver? O paradoxo é cruel: o Estado e a sociedade interditam a prostituição como escolha, mas, ao mesmo tempo, tornam-na um caminho inevitável para quem carrega no corpo a marca da exclusão social.

A economia da prostituição, nesse contexto, torna-se também economia da sobrevivência. O corpo da mulher passa a ser moeda, ainda que involuntária, num mercado que se retroalimenta da desigualdade. Cada encontro traduz não apenas um contrato temporário de desejo, mas um acordo de sobrevivência diante do silêncio das políticas públicas. O que Reis

⁵² REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

(2023)⁵³ aponta no plano nacional ecoa em Teresina: a prostituição revela-se como mecanismo de adaptação, um meio de resistir ao desamparo de um sistema que insiste em fechar as portas do trabalho formal às mulheres pobres.

A desigualdade de gênero é aqui mais do que uma estatística; é uma presença constante, que ronda como sombra cada esquina da Rua Paissandu e de tantos outros pontos da cidade. Mulheres que tentam ingressar no mercado de trabalho formal enfrentam salários menores, assédios constantes e uma sobrecarga de tarefas domésticas. Quando a exaustão e o desalento batem à porta, a prostituição surge como alternativa — dolorosa, estigmatizada, mas real. Interditar essa escolha sem oferecer alternativas é como condenar alguém a caminhar em um labirinto sem saídas.

A tecnologia, por sua vez, tem redesenhado o espaço da prostituição. Plataformas digitais, aplicativos e redes sociais transformaram-se em novos territórios de negociação, deslocando parte da atividade do espaço público para o virtual. Entretanto, essa mudança não elimina o estigma: apenas o reconfigura. O corpo da prostituta, seja exibido na esquina da Paissandu ou em uma tela de celular, continua a carregar as marcas sociais da exclusão, como se a moral tivesse encontrado novas formas de infiltrar-se no cotidiano. A vigilância moral, antes restrita ao olhar físico do transeunte, agora ganha a dimensão do olhar virtual, ainda mais impiedoso, pois muitas vezes anônimo.

Em Teresina, as narrativas das trabalhadoras sexuais revelam como essa transição tecnológica convive com a permanência de práticas tradicionais. Algumas mulheres utilizam redes sociais e aplicativos para selecionar clientes, reduzindo riscos e ampliando ganhos; outras permanecem no espaço físico das ruas, onde a negociação se faz olho no olho, e onde os perigos da violência se tornam mais palpáveis. Seja no espaço digital ou no concreto, o corpo da prostituta segue sendo tratado como “problema social”, como “desvio” a ser contido, e não como trabalho digno a ser reconhecido.

A prostituição em Teresina deve ser lida, portanto, como fenômeno que articula economia, gênero e poder. Se, de um lado, há a invisibilidade das trabalhadoras sexuais nas estatísticas oficiais, de outro, há sua presença viva e pulsante nos becos, praças e redes digitais da cidade. É justamente nesse choque entre invisibilidade e presença que se revela o drama humano: mulheres que resistem, criam estratégias e dão novos significados à vida, mesmo quando o Estado insiste em tratá-las como problema, e não como cidadãs.

⁵³ REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

Essa realidade se entrelaça às análises de Goffman (2017)⁵⁴, que compreende o estigma como marca social deteriorante, capaz de transformar indivíduos em sujeitos “menos que”. Em Teresina, essa marca é visível no olhar torto de profissionais de saúde, na dificuldade de acessar políticas públicas e na ausência de proteção efetiva contra a violência. O corpo prostituído torna-se, nesse sentido, corpo marcado: não pela tatuagem da escolha, mas pela cicatriz do preconceito.

A interdição é dupla: social e institucional. De um lado, há o dedo acusador da sociedade, que condena moralmente; de outro, há o silêncio cúmplice das instituições, que não criam políticas específicas ou as deixam morrer com o fim do orçamento anual. O resultado é uma cidadania mutilada, fragmentada, que só se manifesta em partes. É como se as trabalhadoras sexuais fossem convidadas a entrar na festa da democracia, mas lhes fosse negada a dança.

Não obstante, há resistência. As mulheres se organizam em redes, como a ASPROPI, transformando estigmas em bandeiras de luta. Se a economia da prostituição mostra o peso das desigualdades, a política da prostituição mostra a força da organização coletiva. Durante a pandemia, por exemplo, a associação garantiu cestas básicas, apoio psicológico e articulação com a CUTS, mostrando que o corpo estigmatizado também pode ser corpo político. Interjeição necessária: quem disse que a prostituta não tem voz? Quem ousa reduzir sua existência a mero objeto de prazer, quando, em verdade, ela se ergue como sujeito de luta e resistência?

A prostituição em Teresina, ao mesmo tempo em que revela as falhas econômicas da cidade, também desvela o poder de reinvenção de suas protagonistas. Cada gesto de cuidado entre colegas, cada rede de solidariedade formada na Rua Paissandu ou nas plataformas digitais, é uma forma de resistir à marginalização. O corpo que sofre também cria; o corpo que é vigiado também sonha. Personificação inevitável: o corpo prostituído, tantas vezes tratado como mercadoria, torna-se jardim de resistência, brotando flores mesmo em terrenos áridos.

Em síntese, a prostituição feminina em Teresina, no período de 2000 a 2024, é um espelho das tensões entre economia, estigma e políticas públicas. A obra de Reis (2023)⁵⁵ ajuda a iluminar esse cenário, ao mostrar que a prostituição, longe de ser escolha livre e individual, está profundamente entrelaçada a fatores estruturais que moldam a vida das mulheres. Cabe a este trabalho, contudo, ir além: dar rosto, voz e história às que carregam no corpo a marca do

⁵⁴ GOFFMAN, Erving. Op. Cit.

⁵⁵ REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

estigma e, ainda assim, insistem em existir. Porque, afinal, negar-lhes a condição de cidadãs plenas é negar o próprio princípio de humanidade.

3.2.A moral e o estigma: o peso da herança social e religiosa

A reflexão de Bertrand Russell, em *O Casamento e a Moral* (1985), ilumina um dos paradoxos mais antigos da humanidade: a prostituição como sombra do casamento. Segundo o autor, a sociedade, ao desejar preservar a “virtude” de esposas e filhas, designou uma classe de mulheres a carregar o fardo da transgressão, relegando-as a viver à margem, como se fossem o preço pago pela ordem moral. Essa ideia ecoa como um sussurro incômodo na história: enquanto se glorifica a castidade dentro das paredes do matrimônio, empurra-se para fora, para as ruas e becos, aquelas que são obrigadas a sustentar o desejo interditado.

No caso de Teresina, essa lógica ainda pulsa nas esquinas da Rua Paissandu e em tantos outros pontos da cidade. A prostituição feminina revela-se como a engrenagem silenciosa de um sistema que insiste em dividir as mulheres entre as “de casa” e as “da rua”. Interjeição necessária: que ironia cruel! A mesma sociedade que ergue altares para a esposa fiel é aquela que fecha os olhos para a prostituta, como se ela fosse apenas uma nota dissonante na partitura da moralidade.

Russell observa que, historicamente, a prostituição esteve ligada até mesmo a práticas religiosas, como a prostituição sagrada, associada aos rituais de fertilidade. Contudo, com a ascensão do cristianismo, esse caráter sacralizado deu lugar à criminalização. O corpo feminino, antes visto como oferenda ao divino passa a ser tratado como abjeto, sujo, indigno. Em Teresina, o eco dessa herança cristã ainda reverbera: muitas mulheres relatam o olhar de condenação que recebem em templos, hospitais e repartições públicas, como se carregassem no corpo um pecado tatuado a ferro quente.

É preciso compreender, entretanto, que a prostituição não é mero capricho ou “desvio moral”, mas fenômeno que articula economia, gênero e poder. Russell já indicava que o declínio da prostituição em alguns contextos estava ligado à melhora das condições de vida e ao acesso das mulheres a outras oportunidades. No entanto, em cidades marcadas pela desigualdade, como Teresina, essa porta de saída permanece entreaberta apenas para algumas. A maioria das mulheres que se prostituem o fazem não por escolha livre, mas por ausência de alternativas. Personificação inevitável: a prostituição é o espelho da precariedade, refletindo os rostos de mulheres que, diante da fome e da exclusão, encontram na rua o último recurso.

O estigma, contudo, pesa mais do que o pão. O corpo prostituído em Teresina é vigiado pela polícia, silenciado pelas instituições e condenado pelos discursos religiosos. É como se essas mulheres vivessem em permanente estado de interdição: podem existir, mas apenas no subterrâneo; podem falar, mas apenas em voz baixa; podem circular, mas apenas em zonas delimitadas. O casamento, símbolo de pureza, ergue-se como fortaleza; a prostituição, como ruína social. E, no entanto, ambas se alimentam do mesmo sistema de controle sobre o corpo feminino.

Se, em Russell, a prostituição aparece como instituição complementar ao casamento, em Teresina ela se mostra como denúncia viva de que o matrimônio tradicional, centrado na moralidade cristã, não foi suficiente para organizar as relações de gênero. Pelo contrário: ao mesmo tempo em que santificou algumas mulheres, condenou outras a viver na sombra. Expressão idiomática que cai bem: para umas, “o céu na terra”; para outras, “o inferno em vida”.

No campo da saúde, a obra de Russell também traz insights que permanecem atuais. Ele aponta os riscos da prostituição no tocante às doenças venéreas e as tentativas fracassadas de controle estatal. Em Teresina, relatos de trabalhadoras sexuais indicam as mesmas dificuldades: ausência de políticas públicas consistentes, desconfiança nos serviços de saúde e estigmatização que impede muitas de buscar atendimento. O resultado é perverso: a política que deveria proteger torna-se mais um mecanismo de exclusão.

Mas há também resistência. Se Russell falava do impacto psicológico da prostituição e de como ela poderia gerar desdém ou distorções nas relações, em Teresina vemos a criação de redes de apoio e solidariedade, como a ASPROPI. Essas organizações reconfiguram o lugar da prostituta: de objeto de desejo e de desprezo simultaneamente, a sujeito político que exige direitos, reconhecimento e dignidade. O corpo que outrora foi visto apenas como mercadoria agora se ergue como bandeira de luta.

A prostituição, nesse sentido, é também palco de luta simbólica. Cada mulher que caminha pelas ruas de Teresina desmente a narrativa de que sua vida se reduz ao pecado ou à doença. Ela grita, ainda que em silêncio: “Eu existo, eu resisto, eu insisto”. E, nesse grito, a interdição se transforma em reivindicação.

Em síntese, ao dialogar com O Casamento e a Moral, pode-se afirmar que a prostituição feminina em Teresina representa a continuidade de uma longa história de controle e estigmatização do corpo da mulher. Se, outrora, ela foi tolerada como válvula de escape para preservar a virtude do casamento, hoje ela denuncia as falhas estruturais de um sistema que

ainda divide as mulheres entre as que merecem respeito e as que devem carregar o peso da condenação. Como diria o próprio Russell, a moralidade sexual raramente foi moldada pela razão; em Teresina, ela continua sendo moldada pelo estigma.

3.3. Memória, identidade e oralidade: vozes da resistência em Teresina

A memória coletiva não é uma estante bem arrumada de lembranças, mas um campo de batalha onde se cruzam vozes, silêncios e esquecimentos. O que se preserva e o que se apaga não nascem apenas da vontade individual, mas de engrenagens sociais que, como guardiãs severas, determinam quem pode falar e quem deve calar⁵⁶. Nesse cenário, a prostituição torna-se um espelho estilhaçado da memória: cada fragmento de documento oficial ou reportagem ilumina não apenas as ações do Estado, mas denuncia os mecanismos de exclusão que, geração após geração, tentou empurrar essas mulheres para a sombra, numa tentativa sistemática de arrancar-lhes o direito de lembrar e, sobretudo, de existir em voz alta.

Em Teresina, a memória *pública* das prostitutas tem sido construída no entrecruzamento da vergonha e da resistência. No debate público, nos documentos oficiais e nas notícias, percebe-se como o peso do estigma molda as narrativas: algumas fontes as tratam como "caso de saúde pública"; outras, como "problema de segurança". Ora!, é preciso reconhecer que esses fragmentos de discurso institucional são mais do que registros burocráticos: são manifestações da identidade social de um grupo estigmatizado, que luta por reconhecimento em uma sociedade que insiste em negá-lo.

Pollak (1992)⁵⁷ enfatiza que a memória social de grupos subalternos, quando não reconhecida, corre o risco de se perder no tempo, apagada pelas versões oficiais da história. Essa advertência ecoa diretamente no presente trabalho: se as experiências de prostitutas em Teresina continuarem confinadas à oralidade privada, será a narrativa dos documentos oficiais e da cobertura midiática que se consolidará como "verdade". É nesse ponto que a análise das políticas públicas e de sua repercussão na mídia, enquanto método, torna-se fundamental.

Segundo Sônia Maria de Freitas (2006)⁵⁸, a história oral possibilita resgatar trajetórias e experiências que de outra forma permaneceriam fora do alcance dos documentos oficiais. Embora este trabalho não utilize a metodologia da história oral, a advertência da autora serve como um contraponto crítico: ela nos lembra que o documento oficial não é neutro. Ao abrir

⁵⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 10, pág. 200-215, 1992.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ DE FREITAS, Sônia Maria. *História oral: possibilidades e procedimentos*. Editora Humanitas, 2006.

espaço para analisar o que é dito (e, sobretudo, o que é silenciado) nas políticas públicas, o pesquisador quebra a lógica do silêncio imposto, não ao devolver a voz às protagonistas, mas ao expor os mecanismos institucionais que a negam. A análise documental, nesse contexto, é instrumento político, que desestabiliza a hierarquia entre o saber técnico-administrativo (dos documentos) e a experiência vivida (frequentemente ausente neles).

Aplicada ao estudo da prostituição em Teresina, a análise documental e midiática permitirá compreender como essas mulheres *são representadas* e como sua identidade é construída diante do estigma. A forma como uma política pública classifica a prostituição — seja como vulnerabilidade social, questão de saúde ou desvio de conduta — não é apenas um enquadramento técnico; é símbolo de uma economia de sobrevivência que empurra mulheres pobres e negras para as margens⁵⁹. Da mesma forma, quando uma notícia descreve o olhar de reprovação da sociedade ou uma "ação de limpeza" em determinada rua, ela está atualizando a crítica de Russell (1985)⁶⁰, para quem a prostituição é produto de uma moralidade seletiva.

A análise das fontes oficiais e midiáticas, portanto, foi utilizada como ponte entre teoria e a experiência *documentada*. Nos documentos de políticas públicas e nas notícias sobre ações voltadas a prostitutas de Teresina, especialmente as vinculadas à ASPROPI, busca-se captar as estratégias de sobrevivência (como são *reportadas* ou *previstas* nas ações), os sentimentos (como são *descritos* pela mídia), as marcas deixadas pela violência (se *registradas* oficialmente), bem como os lampejos de resistência e solidariedade (quando se tornam notícia). Como diria Pollak, a memória *oficial* desses grupos não se limita a recordar o passado, mas projeta e impõe identidades no presente: ao narrar em um documento ou reportagem, o poder público e a mídia reconstroem essas mulheres, redefinem sua posição e desestabilizam (ou reforçam) a narrativa hegemônica.

A memória da prostituição em Teresina é, ao mesmo tempo, memória individual e memória coletiva. Quando um documento oficial ignora a existência de uma associação de prostitutas, ele se conecta a tantas outras omissões semelhantes. Há, portanto, uma memória subterrânea que percorre a cidade, feita de vozes abafadas, mas que insiste em se manifestar. É como um rio que corre por baixo da terra: invisível à primeira vista, mas que brota em diferentes pontos, revelando sua força acumulada.

Nesse processo, a análise documental torna-se ferramenta para mapear as barreiras que soterram esse rio oculto. Como ressalta Sônia Maria de Freitas (2006), cada encontro com a

⁵⁹ REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

⁶⁰ RUSSELL, Bertrand. **O Casamento e a Moral**. [S.l.: s.n.], 1985.

memória é carregado de emoção, silêncio e hesitação. É preciso, portanto, "ouvir" não apenas o que o documento *diz*, mas também o que ele *cala*, os gestos institucionais, as pausas nas políticas públicas, as lacunas nos relatórios. Esses elementos não são acessórios, mas parte constitutiva da narrativa oficial, revelando o peso do estigma e a violência internalizada.

A identidade das prostitutas em Teresina, nesse sentido, é moldada pelo estigma descrito por Goffman (2007). Elas carregam em seus corpos uma marca deteriorante, que as coloca em permanente estado de suspeição perante o Estado e a mídia. Ao mesmo tempo, quando se organizam em associações como a ASPROPI (e quando isso é noticiado), elas reivindicam uma identidade positiva. Essa ambivalência — entre a invisibilidade nos documentos e a presença na luta — é parte central da análise que este capítulo busca desenvolver.

Mas atenção: não se trata aqui de romantizar a prostituição ou de negar as dificuldades enfrentadas. A interdição analítica exige reconhecer a dureza das condições de vida dessas mulheres, os riscos de violência, a ausência de políticas públicas consistentes. Contudo, é igualmente necessário perceber a potência de suas narrativas como forma de resistência. A memória, nesse contexto, não é apenas lembrança do passado, mas arma política no presente.

Em Teresina, as notícias e relatórios sobre a pandemia de COVID-19 podem revelar um período de grande sofrimento: sem clientes, sem apoio estatal, tiveram que recorrer a cestas básicas. Esses registros, quando analisados, evidenciam a negligência do poder público e reforçam a necessidade de políticas voltadas especificamente para essa população. Aqui, novamente, Pollak ajuda a compreender como a memória de um trauma coletivo (ou o silêncio oficial sobre ele) pode se transformar em identidade compartilhada.

Da mesma forma, o método da análise documental e midiática permite captar as transformações recentes. As fontes oficiais ou as notícias podem (ou não) narrar como migraram das ruas para as plataformas digitais, descrevendo os novos desafios. Essa dimensão da análise mostra como a prostituição em Teresina não é estática, mas dinâmica. Ao mesmo tempo, revela como o estigma se adapta: se antes era o olhar do transeunte, agora é o silêncio nos planos de política pública digital ou o julgamento anônimo nas redes sociais.

Assim, ao integrar Pollak e Sônia Maria de Freitas ao presente estudo, busca-se construir um capítulo que articule memória, identidade e análise documental/midiática como chaves interpretativas para a prostituição em Teresina. A prostituta não é aqui sujeito de sua própria narrativa (pois não a ouvimos diretamente), mas sujeito de uma análise que investiga *como* sua narrativa é silenciada, controlada ou representada pelo discurso oficial e midiático. É preciso

"ler" esses documentos como quem escuta o som de um tambor antigo: cada batida é lembrança de uma dor, mas também anúncio de resistência.

Em síntese, a memória social das prostitutas, quando confrontada com os arquivos oficiais e midiáticos, rompe o silêncio imposto pelo estigma e reivindica lugar no espaço público. A identidade, antes marcada apenas pela exclusão, passa a ser ressignificada como identidade de luta. E a análise documental, como método, transforma-se em instrumento de *crítica* da memória, permitindo que a *ausência* dessas mulheres nos registros seja reconhecida como parte legítima da história de Teresina.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E INVISIBILIDADE DAS TRABALHADORAS SEXUAIS EM TERESINA (2000–2024)

4.1. Entre presença e apagamento: quando o silêncio também é política

Entre 2000 e 2024, Teresina viu nascer planos, conselhos, campanhas e diagnósticos voltados a “mulheres” e “populações em situação de vulnerabilidade”. Contudo, a prostituição raramente é nomeada; e, quando aparece, surge diluída em categorias genéricas como “grupo de risco”, “ordem urbana” ou “vulneráveis”. Esse não-dito não é acaso — é um dispositivo político. Na chave de Goffman (2017)⁶¹, o estigma funciona como barreira simbólica de acesso a direitos; em Foucault⁶², o poder disciplinar governa corpos e espaços sem necessariamente nomeá-los. Assim, a política pública se faz e se desfaz como se o problema fosse moral — e não de cidadania, trabalho e saúde.

A prostituição feminina em Teresina constitui prática social concreta e visível: localiza-se em áreas urbanas reconhecíveis, como a Rua Paissandu — zona central marcada historicamente como “cinturão de prostíbulos” e de circulação diurna e noturna de profissionais e clientes. Apesar disso, o poder público adota posturas de hesitação e circunlóquio moralizante, operando uma contradição entre visibilidade física e invisibilidade institucional. A mulher que se prostitui é vista, mas não é ouvida; nomeada, mas não reconhecida como sujeito político; alvo de vigilância, mas raramente destinada à proteção. O discurso estatal fala de “vulnerabilidade feminina” e “violência de gênero”, mas evita reconhecer a prostituição como trabalho e meio de sustento. Essa recusa linguística não é apenas semântica: é política. O não-dito define quais vidas entram e quais permanecem fora do campo do direito⁶³⁶⁴.

A conclusão de que o discurso estatal enfatiza “vulnerabilidade feminina” e “violência de gênero”, mas evita reconhecer a prostituição como trabalho, decorre da análise direta das

⁶¹ GOFFMAN, Erving. Op. Cit..

⁶² FOUCAULT, Michel. Op. Cit

⁶³ RODRIGUES, Marlene Teixeira. Op. Cit..

⁶⁴ REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

fontes institucionais consultadas. Nas publicações da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (SMPM), especialmente nas notícias e ações descritas em seu portal institucional, as iniciativas voltadas às trabalhadoras sexuais aparecem sempre enquadradas na lógica da vulnerabilidade e do enfrentamento à violência, sem qualquer referência à prostituição como atividade laboral ou meio de subsistência⁶⁵. Da mesma forma, os materiais da Fundação Municipal de Saúde (FMS), como as ações educativas realizadas em pontos de prostituição, tratam essas mulheres como “população-chave” dentro de campanhas de prevenção de ISTs, reforçando o enfoque sanitário e não o reconhecimento do trabalho⁶⁶.

As ações do Centro Pop/SEMCASPI também utilizam categorias amplas como “população em situação de rua” e “emancipação social”, sem mencionar o trabalho sexual como forma legítima de renda⁶⁷. Por fim, a Lei Municipal nº 4.648/2014, ao proibir publicidade de “acompanhantes”, reforça a moralização do tema e seu enquadramento como questão de ordem pública, não como atividade econômica⁶⁸. O conjunto dessas fontes demonstra que o Estado nomeia riscos e vulnerabilidades, mas evita nomear o trabalho, produzindo um discurso que reconhece a fragilidade, mas não a cidadania laboral das trabalhadoras sexuais.

A hipótese central deste capítulo sustenta que, entre 2000 e 2024, Teresina não construiu uma política pública contínua voltada às mulheres em situação de prostituição, mas um mosaico descontínuo de ações emergenciais, campanhas sanitárias e pactos morais de contenção territorial — mais centrados no controle dos corpos do que na garantia de direitos.

4.2. Mapeamento documental (2000–2024): presença, ausência e eufemismo

O levantamento documental revelou que Teresina apresenta uma política pública fragmentada, marcada por presenças pontuais e omissões estruturais. As ações voltadas a

⁶⁵ SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (Teresina). **Ações e iniciativas institucionais voltadas à promoção de direitos e enfrentamento à violência contra mulheres**. Teresina, 2023–2025. Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/page/49/>. Acesso em: 29 out. 2025.

⁶⁶ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (Teresina). **FMS participa de atividade em alusão ao Dia da Prostituta**. Teresina, 2013. Disponível em: <https://site.fms.pmt.pi.gov.br/noticia/1107/fms-participa-de-atividade-dia-da-prostituta>. Acesso em: 29 out. 2025.

FUNDAÇÃO Municipal de Saúde de Teresina (FMS). **"FMS visita pontos de prostituição para levar ações educativas"**. PMT, 2021. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

⁶⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Centro Pop (compilado de ações – tag)**. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/tag/centro-pop/>. Acesso em: 29 out. 2025.

⁶⁸ TERESINA (Município). **Lei nº 4.648, de 13 de novembro de 2014**. Proíbe a veiculação de anúncios e propaganda de serviços de acompanhantes no município de Teresina. Teresina, 2014. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277589>. Acesso em: 29 out. 2025.

mulheres em situação de prostituição aparecem diluídas em categorias genéricas, eufemizadas ou moralizadas. A prostituição é tratada como “vulnerabilidade social” ou “risco sanitário”, mas raramente como forma de trabalho.

No campo da saúde, a Fundação Municipal de Saúde e o Ministério da Saúde promoveram campanhas de prevenção de ISTs e HIV/Aids, com distribuição de preservativos e oferta de testagem rápida. Embora essas ações sejam relevantes, foram estruturadas a partir do paradigma da “população de risco”, termo técnico amplamente utilizado na saúde pública para designar grupos mais vulneráveis à infecção, conforme definido nas diretrizes nacionais de prevenção para IST/HIV⁶⁹. Esse enquadramento, no entanto, reduz as profissionais do sexo à condição de potenciais transmissoras de doenças, deixando de reconhecer suas necessidades de cuidado integral e de proteção continuada⁷⁰⁷¹. Assim, a lógica biomédica segue prevalecendo sobre uma lógica de direitos e cidadania.

Em relação à violência de gênero, a incorporação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representou um avanço nacional, e Teresina seguiu a diretriz com a criação do Centro de Referência da Mulher Esperança Garcia. No entanto, a estrutura da política está voltada à violência doméstica íntima, e não às formas específicas de violência que atingem as mulheres em situação de prostituição (como coerção policial, agressões em boates, ameaças em pontos de rua ou estupros não denunciados por medo de descrédito).

A assistência social municipal, por meio da SEMCASPI, adota programas de inclusão produtiva que pressupõem a “reabilitação” e a “saída” da prostituição, como se dignidade e moralidade fossem sinônimos. Ao enquadrar essas mulheres apenas como destinatárias de ajuda, o Estado reforça uma narrativa tutelar e não emancipatória⁷²⁷³.

Durante a pandemia de COVID-19, as ações mais eficazes vieram das próprias redes civis. A ASPROPI e a CUTS organizaram campanhas emergenciais de doação de alimentos e materiais de higiene, revelando a força da auto-organização, mas também a ausência de respostas estruturadas do poder público. Esse conjunto confirma o padrão: há ação, mas não há política; há discurso, mas não há nomeação. O Estado atua sem reconhecer, regula sem incluir e fala sem escutar.

⁶⁹ BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para organização da Rede de Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

⁷⁰ RODRIGUES, Marlene Teixeira. Op. Cit.

⁷¹ REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

⁷² PISCITELLI, Adriana. Op. Cit.

⁷³ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. Op. Cit

Nos últimos anos, algumas iniciativas municipais impactam direta ou indiretamente pessoas que se prostituem:

Na saúde, o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) realiza testagem gratuita (HIV, sífilis, hepatites), oferece PEP e PrEP e distribui insumos de prevenção. A FMS mantém ações educativas em pontos de prostituição e o Consultório na Rua, que atende populações em vulnerabilidade extrema, incluindo trabalhadoras do sexo. O CAPS AD atua com redução de danos e cuidado integral⁷⁴⁷⁵.

Na seara dos diireitos das mulheres e proteção a SMPM desenvolve ações como o “Papo de Mulher”, em parceria com a APROSPI, abordando direitos, violência e prevenção a ISTs. O Centro de Referência Esperança Garcia presta apoio psicológico, social e jurídico, e a Câmara Municipal reconheceu, em 2021, a utilidade pública da APROSPI, ampliando sua capacidade de firmar convênios⁷⁶⁷⁷.

No âmbito da assistência social, o Centro Pop, gerido pela SEMCASPI, oferece banho, refeições, guarda de pertences e encaminhamentos para documentação, INSS e saúde, atendendo parte das mulheres em prostituição em contexto de rua⁷⁸.

Sobre os marcos legais, podemos indicar a Lei Municipal nº 4.648/2014 proíbe publicidade de “acompanhantes” em Teresina, impactando diretamente a forma de divulgação do trabalho sexual e deslocando a atividade para ambientes digitais menos seguros⁷⁹.

Essas medidas demonstram avanço em termos de presença estatal, mas mantêm o enquadramento da prostituição como questão de saúde e moralidade, e não como campo legítimo de política do trabalho e de cidadania.

4.3.O corpo como alvo e não como voz: estigma e disciplina

⁷⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **CAPS AD atende mais de 3 mil pessoas na luta contra o álcool e outras drogas.** Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/2025/06/11/caps-ad-atende-mais-de-3-mil-pessoas-na-luta-contr-o-alcool-e-drogas/>. Acesso em: 29 out. 2025.

⁷⁵ FUNDAÇÃO Municipal de Saúde de Teresina (FMS). Op. Cit.

⁷⁶ SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (SMPM) – TERESINA. **Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres realiza reunião de qualificação da equipe.** Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/page/49/>. Acesso em: 29 out. 2025.

⁷⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. **Câmara reconhece a utilidade pública da Associação das Prostitutas do Piauí.** Disponível em: <https://www.teresina.pi.leg.br/noticias/camara-reconhece-a-utilidade-publica-da-associacao-das-prostitutas-do-pi>. Acesso em: 29 out. 2025.

⁷⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Op. Cit.

⁷⁹ TERESINA (Município). Op. Cit.

O estigma, segundo Goffman (2017)⁸⁰, é uma marca social que degrada a identidade e exclui o sujeito da esfera de pertencimento. No caso da prostituição em Teresina, ele se manifesta em três níveis: o moral (a mulher “indigna”), o institucional (a mulher “caso de risco”) e o territorial (a mulher “que precisa ser contida”). Essa tríplice marginalização configura um regime de exclusão simbólica e material.

As ações do poder público — de policiamento ostensivo a campanhas educativas — têm, em comum, a vigilância sobre o corpo. Inspirado em Foucault (1988; 2008)⁸¹, pode-se dizer que o corpo da prostituta é “docilizado” e “administrado” por meio de dispositivos de controle: operações urbanas que removem prostitutas de áreas centrais; políticas sanitárias que monitoram comportamentos sexuais; e programas assistenciais que buscam “reeducar” moralmente. O corpo torna-se objeto de gestão biopolítica — governado sob o discurso do cuidado, mas disciplinado pelo olhar da moral.

Silvia Federici (2017)⁸² complementa esse raciocínio ao argumentar que o controle sobre os corpos das mulheres pobres é uma forma histórica de controle sobre o trabalho e a reprodução. A prostituição é moralizada porque representa autonomia: uma forma de renda fora da tutela masculina e do emprego formal. Por isso, as políticas públicas insistem em enquadrá-la como desvio a corrigir, e não como trabalho a proteger.

4.4.Saúde, segurança e assistência: o alcance e os limites do cuidado institucional

No campo da saúde, Teresina apresenta iniciativas como CTA, PEP, PrEP, CAPS AD e Consultório na Rua. Contudo, a ausência de protocolos de atendimento específicos mantém a lógica da medicalização e do controle. A prostituta é tratada como corpo a ser vigiado, não como sujeito de cuidado. A saúde integral — física, mental, sexual e social — permanece invisível.

Na segurança pública, há estruturas formais de enfrentamento à violência doméstica, mas as violências que atravessam o cotidiano do trabalho sexual (extorsão, agressão de clientes, coerção policial) continuam sem registro. A mulher que se prostitui teme denunciar e, quando o faz, enfrenta descrédito e julgamento moral.

No campo da assistência social, prevalece a abordagem tutelar. A dignidade é apresentada como algo condicional — “você pode ser protegida se abandonar o que faz para

⁸⁰ GOFFMAN, Erving. Op. Cit.

⁸¹ FOUCAULT, Michel. Op. Cit.
FOUCAULT, Michel. Op. Cit.

⁸² FEDERICI, Silvia. Op. Cit.

sobreviver”. A prostituição segue juridicamente ambígua: não é crime vender o corpo, mas é crime intermediar o trabalho, o que impede formalização e acesso à previdência⁸³). Assim, a saúde vê risco biológico; segurança, risco moral; e assistência, desvio social. Nenhuma reconhece a trabalhadora sexual como trabalhadora. Nesse sentido, a sociedade civil cumpre um papel relevante.

A ASPROPI e redes como a CUTS têm papel central na resistência e na organização das trabalhadoras sexuais em Teresina. Em períodos de crise, como a pandemia de COVID-19, foram elas que garantiram a sobrevivência imediata de muitas mulheres. Isso demonstra capital político e solidário. No entanto, também revela uma lacuna estrutural: a ausência de canais institucionais de participação.

O reconhecimento de utilidade pública da ASPROPI é avanço importante, mas não substitui conselhos e mesas de escuta permanentes. A representação única corre o risco de produzir monopolização da pauta e silenciamento de outras vozes — mulheres trans, travestis, de rua, de boates ou plataformas on-line. Sem mecanismos estatais de controle social, a política pública se converte em disputa por legitimidade, e não em política democrática⁸⁵.

4.5. Síntese crítica e propostas para uma política pública com sujeito

O panorama revela um padrão: políticas existem, mas carecem de sujeito. Na saúde, o foco é sanitário; na assistência, é moral; na segurança, é disciplinar. O Estado atua como vigilante, e não como garantidor de direitos. Sob a ótica foucaultiana, a prostituição é administrada como problema urbano, não como questão de cidadania⁸⁶. Sob a ótica goffmaniana, o silêncio institucional funciona como mecanismo de manutenção do estigma, já que a não nomeação reforça a exclusão simbólica e a desigualdade no acesso a serviços⁸⁷. Além disso, o quadro aponta para a ausência de vontade política: o Estado não age de forma preventiva ou estruturante, mas apenas reage quando pressionado pela sociedade civil organizada, que opera como instância de interpelação e cobrança para que o poder público cumpra seu papel constitucional de proteção e garantia de direitos — dinâmica já observada por Piscitelli (2015) e Reis (2023), ao analisarem como coletivos de trabalhadoras sexuais

⁸³ RODRIGUES, Marlene Teixeira. Op. Cit.

⁸⁴ PISCITELLI, Adriana. Op. Cit.

⁸⁵ FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. Op. Cit.

⁸⁶ FOUCAULT, Michel. Op. Cit.

⁸⁷ GOFFMAN, Erving. Op. Cit.

frequentemente precisam ocupar lacunas estatais para serem ouvidas e para viabilizar ações mínimas de assistência e reconhecimento.

Romper esse ciclo exige nomear para incluir. A prostituição deve constar nos planos municipais de saúde e políticas para mulheres com metas e indicadores próprios. A criação de linhas de cuidado integral — que incluam saúde mental, sexual e reprodutiva, hormonioterapia segura e redução de danos — é urgente.

É necessário implementar protocolos intersetoriais para acolher violências no contexto do trabalho sexual, formar equipes sem viés moral e garantir responsabilização de agressores. A assistência social deve criar programas continuados de renda e moradia, sem condicionar o acesso à “saída da rua”.

Por fim, a política pública precisa de participação plural. Fóruns e mesas permanentes com mulheres cis, trans, de rua, de boate e on-line devem substituir o modelo de representação única. É igualmente necessário revisar o marco legal municipal, sobretudo a Lei nº 4.648/2014, cujos efeitos colaterais — precarização, invisibilidade e risco — exigem reavaliação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do período compreendido entre 2000 e 2024 permitiu identificar que Teresina ainda não desenvolveu uma política pública que reconheça de forma plena e contínua as mulheres em situação de prostituição como cidadãs com direitos específicos, necessidades próprias e demandas legítimas de proteção. Ao longo do capítulo, buscou-se mapear e examinar não apenas as políticas existentes, mas, sobretudo, os silêncios institucionais, os eufemismos discursivos e as estruturas de poder que sustentam a invisibilidade política dessas mulheres. Esse percurso analítico revelou que o Estado teresinense opera, majoritariamente, por meio de ações emergenciais ou pontuais, formuladas a partir de paradigmas sanitários, moralizantes ou disciplinadores, sem assumir a prostituição como uma realidade social que requer respostas duradouras e respeitadas.

Retomando os principais pontos analisados ao longo do capítulo, pode-se afirmar que, no campo da saúde, a presença do Estado se dá principalmente por meio do paradigma epidemiológico — centrado na testagem, prevenção e contenção de riscos. A ampliação recente do CTA, a oferta de PEP/PrEP e as ações comunitárias em pontos de prostituição são avanços importantes, mas ainda insuficientes. A saúde ofertada a essas mulheres continua estruturada a partir da noção de “população de risco”, conceito técnico que, embora legítimo para fins epidemiológicos, reduz a trabalhadora sexual à condição de “potencial transmissora” e, portanto, objeto de vigilância, em vez de sujeito de cuidado integral. Esse tipo de enquadramento fragmenta a experiência das trabalhadoras do sexo e limita a construção de políticas amplas de saúde sexual, reprodutiva e mental⁸⁸⁸⁹.

No campo da segurança pública, observou-se que as políticas disponíveis em Teresina se concentram na violência doméstica e íntima, enquanto as violências especificamente associadas ao trabalho sexual — extorsões, ameaças, agressões por clientes ou por agentes de autoridade — permanecem sem protocolos claros de atendimento ou proteção. Essa ausência produz um ciclo de subnotificação, medo e descrédito institucional, reforçando o isolamento dessas mulheres, que deixam de procurar o Estado justamente pelas experiências de estigma e risco moralizante que enfrentam quando tentam acessar serviços formais.

No âmbito da assistência social, verificou-se que programas e abordagens predominantes ainda operam sob a ideologia da “reinserção” e da “saída da prostituição”. A

⁸⁸ REIS, Amanda Ortelan. Op. Cit.

⁸⁹ RODRIGUES, Marlene Teixeira. Op. Cit.

narrativa da salvação moral continua a orientar políticas públicas que deveriam, antes de tudo, reconhecer que a prostituição é, para muitas mulheres, um meio concreto de subsistência diante de contextos de pobreza, abandono estatal ou exclusões estruturais. Como argumenta Piscitelli (2015), políticas baseadas apenas na ideia de “abandono da atividade” desconsideram não só a autonomia dessas mulheres, mas também o fato de que muitas delas não dispõem, no curto prazo, de alternativas materiais de sobrevivência.

Além disso, o exame das relações entre Estado e sociedade civil revelou a importância decisiva de organizações locais, como a ASPROPI, que têm atuado como mediadoras, defensoras e articuladoras de demandas das trabalhadoras do sexo, especialmente em contextos de crise, como durante a pandemia de COVID-19. Embora seu reconhecimento jurídico como entidade de utilidade pública represente um marco institucional significativo, constatou-se que a ausência de espaços públicos permanentes de escuta faz com que o Estado municipal frequentemente reaja à pressão desses coletivos, em vez de construir políticas preventivas e estruturantes. Essa dinâmica evidencia, como explicitado por Reis (2023), a existência de uma vontade política limitada, na qual o poder público não age de forma espontânea para garantir direitos, mas apenas quando mobilizado ou interpelado por quem vivencia diretamente a vulnerabilidade produzida pelo próprio sistema estatal.

Diante desse cenário, o que se conclui é que Teresina, assim como grande parte do Brasil, mantém a prostituição no campo da assistência, da moral ou da ordem urbana, e não no campo do direito. Como afirma Foucault (2008), quando o Estado administra corpos e espaços apenas para manter a ordem e controlar riscos, e não para garantir condições dignas de vida, ele exerce um poder disciplinador, não emancipador. Por sua vez, Goffman (2017) ajuda a compreender que o silêncio institucional — a recusa de nomear a prostituição como trabalho e de reconhecer as especificidades de quem a exerce — é um mecanismo eficaz de manutenção do estigma. Nomear implica reconhecer; reconhecer implica garantir direitos; e garantir direitos exige orçamento, estrutura e, sobretudo, vontade política.

Apesar disso, as brechas identificadas também apontam caminhos de transformação. A ampliação da rede de prevenção e cuidado (CTA, PEP, PrEP, Consultório na Rua), a atuação da sociedade civil organizada, o reconhecimento institucional da ASPROPI e a presença de iniciativas de base comunitária demonstram que existem pontos de apoio concretos para a formulação de políticas mais inclusivas. Essas brechas, se fortalecidas, podem deslocar a prostituição do lugar de “problema social” para o lugar de “pauta política legítima”, abrindo possibilidades reais de transformação.

A construção de uma política pública verdadeiramente emancipadora depende, portanto, de escolhas políticas claras. Em primeiro lugar, é necessário nomear a prostituição nas políticas municipais de saúde, assistência e mulheres, não como desvio moral, mas como prática de trabalho. Em segundo lugar, é preciso ouvir essas mulheres como sujeitas políticas, integrando suas experiências na formulação de políticas e instituindo conselhos ou mesas de diálogo permanentes e plurais. Em terceiro lugar, o Estado deve agir preventivamente, garantindo linhas de cuidado específicas, proteção contra violências laborais, protocolos de denúncia seguros, incentivos à formalização mínima e acesso a direitos previdenciários. Tais ações têm potencial de alterar, de forma concreta, as condições de vida das trabalhadoras sexuais de Teresina, reduzindo sua vulnerabilidade, ampliando seu acesso a serviços e, sobretudo, reconhecendo sua autonomia e dignidade.

Como afirmaria Foucault (2008), é preciso que o Estado abandone o papel de vigilante e assuma o de garantidor de vida digna. E, seguindo Goffman (2017), combater o estigma não é um gesto de caridade, mas um dever institucional. O reconhecimento da trabalhadora sexual como cidadã plena significa afirmar que a dignidade não depende da moralidade atribuída pela sociedade, mas é um atributo inalienável da humanidade. Somente quando essas mulheres forem vistas, escutadas e tratadas como sujeitas políticas — e não como problemas sociais ou objetos de contenção urbana — será possível afirmar que Teresina construiu, enfim, uma política pública verdadeiramente inclusiva, justa e comprometida com a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSTÍN, Laura M. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 107-130, 2005.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

ALBUQUERQUE, Rossana Maria Marinho. **Para além da tensão entre moral e economia: Reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

ALVES, Bruna. **Corpos vulneráveis: prostituição e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Cláudio ER. Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: existe um modelo legítimo de mulher. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, p. 1-3, 2017. Disponível em: <https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872_ARQUIVO_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. **Câmara reconhece a utilidade pública da Associação das Prostitutas do Piauí**. Disponível em: <https://www.teresina.pi.leg.br/noticias/camara-reconhece-a-utilidade-publica-da-associacao-das-prostitutas-do-pi>. Acesso em: 29 out. 2025.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

DE FREITAS, Sônia Maria. **História oral: possibilidades e procedimentos**. Editora Humanitas, 2006.

DWORKIN, Andrea. **Life and Death**. New York: Free Press, 1997.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. "Corpos descendo a Paissandu": Corpos produzidos no contexto da prostituição no Centro de Teresina-PI. **Cadernos CRSG**, Parnaíba, v. 2, n. 1, p. 2-10, jan./mar. 2020. Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG.

FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de. GAROTAS DE PROGRAMA EM TERESINA: PRODUÇÕES DO CORPO NO CONTEXTO DA PROSTITUIÇÃO. **Revista Wamon**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 191-204, 2020. DOI: 10.29327/217579.5.1-13.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. São Paulo: Vozes, 2008.

FUNDAÇÃO Municipal de Saúde de Teresina (FMS). "**FMS visita pontos de prostituição para levar ações educativas**." PMT, 2021. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª edição. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GOVERNO DO PIAUÍ. **Demanda por exames para ISTs cresceu 17% no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) em 2023**. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/demanda-por-exames-para-is-ts-cresceu-17-no-cta-em-2023/>. Acesso em: 30 out. 2025.

HARTOG, François. Experiências do tempo:: da história universal à história global?. **História, histórias**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2013. DOI: 10.26512/hh.v1i1.10714. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10714>. Acesso em: 01 nov. 2025.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LIGHT, Margot. **Sexual Politics and Feminist Theory**. London: Routledge, 1995.

LIMA, Solimar Oliveira. **Antropologia do Gênero e Sexualidade: Prostituição e Poder no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2019.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vila: Prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MNPR – **Movimento Nacional da População de Rua**. Relatório Anual 2022.

PATRIARCA, Letizia. "**Quanto é o programa?**": notas sobre trocas econômico, afetivas e sexuais na prostituição. [s.l.: s.n., s.d.]. Apresentação em Grupo de Trabalho.

PEREIRA DE SÁ FILHO, Bernardo. **Cartografias do Prazer: Corpo, Boemia e Prostituição em Teresina (1930–1970)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

PILAR, Vitória. **Prostituta é Comunidade: a história de uma mulher que fez do sexo ganha-pão e luta**. 1ª. Teresina (PI): Arisca, 2023.

PISCITELLI, Adriana. **Deslocamentos femininos e prostituição: trânsitos nos mercados transnacionais do sexo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 619-637, maio-agosto, 2015.

PISCITELLI, Adriana. **Trabalho sexual e ativismo:** entre movimentos sociais e academia. Cadernos Pagu, Campinas, n. 29, p. 101-128, 2007.

PLATAFORMA MULHER SEGURA. "**Diagnóstico da Violência contra a Mulher em Teresina.**" Plataforma Mulher Segura, 2021. Disponível em: <https://plataformamulhersegura.org.br>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos** , v. 10, pág. 200-215, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. "**Secretaria da Mulher e primeira-dama fazem reunião com Associação das Prostitutas do Piauí (APROSPI).**" PMT, 14 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Centro Pop (compilado de ações – tag).** Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/tag/centro-pop/>. Acesso em: 29 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Consultório na Rua (compilado de ações – tag).** Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/tag/consultorio-na-rua/>. Acesso em: 29 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **UBSs de Teresina disponibilizam testagem e tratamento gratuito contra a sífilis.** Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/2025/04/09/ubss-de-teresina-disponibilizam-testagem-e-tratamento-gratuito-contra-a-sifilis/>. Acesso em: 29 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **CAPS AD atende mais de 3 mil pessoas na luta contra o álcool e outras drogas.** Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/2025/06/11/caps-ad-atende-mais-de-3-mil-pessoas-na-luta-contra-o-alcool-e-drogas/>. Acesso em: 29 out. 2025.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar - Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS, Amanda Ortelan. **Economia da prostituição.** 2023. 42 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Administração, Contabilidade e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

REIS, Glauciene Oliveira dos. Aspectos da Prostituição na Sociedade Brasileira. In: **Jusbrasil**, 2024. Disponível em: <https://glaucieneoliveira.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 15/12/2024.

RIBEIRO, Marco Antônio. Trabalho, Comunicação Oral: Prostituição, Estigma e Identidade na Sociedade Brasileira. In: **Anais do Congresso Nacional de Estudos Interdisciplinares**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 78-90, 2019.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **A prostituição no Brasil contemporâneo:** um trabalho como outro qualquer? Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

RUSSELL, Bertrand. **O Casamento e a Moral.** [S.l.: s.n.], 1985.

RUSSO, Glaucia. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, set./dez. 2007.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira. **Cartografias do prazer: Boemia e prostituição em Teresina**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (SMPM) – TERESINA. **Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres realiza reunião de qualificação da equipe**. Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/page/49/>. Acesso em: 29 out. 2025.

SIMMEL, Georg. **Philosophy of money**. Translate David Frisby and Tom Bottomore. New York: Routledge, 1990.

SOUZA, Simone Cristina de. Prostituição no Brasil Contemporâneo: Aquiescência Social e Desafios Inerentes à Regulamentação da Atividade. In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 45-63, jul./dez. 2020.

TERESINA (Município). **Lei nº 4.648, de 13 de novembro de 2014**. Proíbe a veiculação de anúncios/propaganda de serviços de acompanhantes no município de Teresina. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277589>. Acesso em: 29 out. 2025.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos em marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WRIGHT MILLS, C. *Apud* ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004.